

# PC MG

POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

500 Questões Gabaritadas  
- Praticando- Investigador  
de Polícia I



CÓD: SL-162AG-24  
7908433261117

## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Raciocínio lógico-matemático .....	13
3. Informática Básica .....	21
4. Noções De Direito Administrativo .....	29
5. Noções de Direito Constitucional .....	43
6. Noções de Direito Penal .....	55
7. Noções De Direito Processual Penal .....	67
8. Noções de Direitos Humanos .....	79
9. Noções de Medicina Legal .....	93
10. Noções de Criminologia .....	101
11. Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado De Minas Gerais .....	113
12. Legislação Penal e Processual Extravagante .....	115
13. Legislação Extravagante .....	127

# LÍNGUA PORTUGUESA

## 1. (2024)

Muitas formas de superlativo de adjetivos se utilizam de radicais latinos, daí que mostrem diferenças em relação ao radical do adjetivo atual. Assinale o superlativo abaixo que utiliza o radical atual do adjetivo.

- (A) Todas as coisas que hoje se creem antiquíssimas já foram novas.
- (B) Nessa época todos os morros da região estavam com seus cimos congeladíssimos.
- (C) Hoje em dia, notam-se pessoas paupérrimas andando pelas ruas de bairros chiques.
- (D) Por causa da doença, o senador voltou ao Congresso magérrimo, com as feições abatidas.
- (E) Com as demolições, todo o chão estava coberto de escombros, aspérrimo e muito sujo.

## 2. (2024)

Muitas palavras portuguesas mostram o prefixo A- sem qualquer valor semântico, sendo equivalentes ao mesmo vocábulo sem esse prefixo. Assinale a palavra abaixo que exemplifica esse A protético:

- (A) Alargar.
- (B) Assaltar.
- (C) Atacar.
- (D) Apanhar.
- (E) Avoar.

## 3. (2024)

Em todas as frases abaixo há um termo sublinhado, composto da preposição DE + substantivo; assinale a frase em que esse termo **não** pode ser substituído adequadamente por um adjetivo.

- (A) Nada chegará ao fundo da risada de uma criança. / infantil.
- (B) O suco de garrafa parece menos gostoso. / engarrafado.
- (C) O teclado do computador é logicamente organizado. / computacional.
- (D) Os solos do deserto são áridos. / desérticos.
- (E) As vestes do bispo são elegantes. / episcopais.

## 4. (2024)

Assinale a frase em que a forma verbal está correta.

- (A) O deputado reveu todo o texto do projeto.
- (B) Os seguranças se enterteram com as crianças.
- (C) O chefe da casa reouve todo o tempo perdido.
- (D) Os policiais interviram na discussão em plenário.
- (E) Serão nomeados os que a chefia propor.

## 5. (2024)

As frases a seguir mostram termos ligados pela conjunção OU.

Assinale a frase em que essa conjunção mantém o valor de alternativa (e não de adição).

- (A) João ou Pedro deve ser eleito presidente da empresa.
- (B) A alegria ou a tristeza fazem parte da vida.
- (C) Inglês ou francês são idiomas falados pelos turistas.
- (D) Os clientes leem livros ou revistas enquanto esperam.
- (E) Vasco ou Flamengo são times de longa tradição.

## 6. (2024)

Nas frases abaixo há a presença de verbo + advérbio; se ocorrer a substituição desse conjunto por um só verbo de sentido equivalente, a forma **inadequada** é:

- (A) Acabar completamente com a tropa inimiga / arrasar a.
- (B) Purificar totalmente o estilo do documento / depurar.
- (C) Pagar integralmente uma dívida / quitar.
- (D) Mudar totalmente a aparência da sala / transformar.
- (E) Dedicar-se inteiramente a algo / dedicar-se.

## 7. (2024)

Assinale a frase abaixo que exemplifica uma definição do termo “felicidade”.

- (A) Felicidade é um agora sem nenhuma pressa.
- (B) Felicidade é um modo de viajar, não um destino.
- (C) Felicidade é um fluxo de caixa positivo.
- (D) Felicidade é como uma flor que não se deve colher.
- (E) Felicidade é a qualidade de quem é feliz.

**8. (2024)**

O dicionário de sinônimos de Antônio Houaiss aponta os seguintes vocábulos como possíveis sinônimos:

decorar – cuidar – enfeitar – embelezar – maquiagem Assinale a frase em que um desses vocábulos está bem selecionado, segundo os usos da língua.

- (A) A modelo pretendia decorar a roupa do desfile com os produtos importados.
- (B) Minha esposa decidiu maquiagem as orelhas com os novos brincos de pérolas.
- (C) Os novos moradores decoraram a portaria do prédio com quadros modernistas.
- (D) Os funcionários embelezaram os banheiros, empregando desinfetantes poderosos.
- (E) A arrumadeira decidiu enfeitar o chão da sala com cera perfumada.

**9. (2024)**

Assinale a frase em que ocorre um erro no emprego da palavra “só”.

- (A) Esses novos projetos valem por si só.
- (B) Vocês não estão só neste mundo.
- (C) Elas sempre quiseram andar só.
- (D) Elas moram só há algum tempo.
- (E) Falei com eles só mais algumas vezes.

**10. (2024)**

Em todos os fragmentos textuais abaixo há processos de retomada dos termos sublinhados; assinale a frase em que o processo é realizado por uma classe gramatical diferente das demais.

- (A) Não acuses a natureza. Ela já fez a parte dela.
- (B) Graças a Deus o sol já se pôs, e não tenho mais de sair para aproveitá-lo.
- (C) Considerai como crescem os lírios do campo; eles não trabalham nem fiam.
- (D) Os moradores dos campos são melhores que os das cidades.
- (E) Quando um homem não observa a natureza, sempre crê poder melhorá-la.

**11. (2024)**

Todas as frases abaixo mostram um termo sublinhado, que é retomado a seguir, estabelecendo coesão e coerência textuais.

Assinale a frase em que o processo de retomada é **deferente** dos demais.

- (A) Os índios brasileiros não se mostraram agressivos com os primeiros estrangeiros que encontraram e, por isso, nossos selvagens despertaram simpatia.
- (B) Os livros dos autores ganhadores do prêmio Nobel nem sempre são muito conhecidos, mas, quando lidos, essas obras recebem aplausos dos leitores.
- (C) As pinturas de Van Gogh, expostas em seu museu exclusivo, atraem tanta atenção quanto os quadros dos autores franceses no Louvre.
- (D) Os prólogos dos romances nem sempre são esclarecedores o suficiente, a ponto de alguns autores se negarem a fazer prefácios.
- (E) Nos filmes com cenas da Idade Média causa espanto que os lutadores possam, na batalha, lutar com tantas roupas sobre o corpo, o que deve tornar a luta mais difícil.

**12. (2024)**

As opções a seguir mostram segmentos textuais em que ocorre a retomada coesiva de termos anteriores sublinhados.

Assinale a frase em que o tipo de retomada foi explicitado **corretamente**.

- (A) Os barbeadores se diversificaram muito nos últimos anos, mas qualquer que seja o tipo, esses aparelhos continuam sendo indispensáveis. / retomada por sinônimos.
- (B) Incidentes com bagagens são comuns em viagens e não adianta aborrecer-se com essas coisas. / retomada por hiperônimo.
- (C) Cabral chegou ao Brasil no mês de abril ou de maio? Até hoje a viagem do descobridor de nosso país está cercada de mistérios. / retomada por repetição.
- (D) Chegar ao topo de Everest é uma façanha realizada por poucos e, por isso, a chegada é comemorada. / retomada por perífrase.
- (E) Os novos automóveis são tecnologicamente mais avançados e trazem mais segurança para quem viaja dentro deles. Retomada por nominalização.

**13. (2024)**

As opções a seguir apresentam frases em que há um termo sublinhado que estabelece relações de coesão com outro termo anterior.

Assinale a frase em que a identificação desse termo anterior está **equivocada**.

- (A) Na prosperidade nossos amigos nos conhecem, mas na adversidade somos nós que os conhecemos. / os = nossos amigos.
- (B) Aquilo que nos agrada em nossos amigos é a atenção que eles nos dedicam. / que = aquilo.
- (C) Quanto mais velho você fica, mais fácil é chutar a sua idade. / sua = você.
- (D) Vou lhe dizer um grande segredo, meu caro. Não espere o juízo final. Ele se realiza todos os dias. / ele = o juízo final.
- (E) O Natal é a época em que as pessoas ficam sem dinheiro antes de ficarem sem amigos. / em que = Natal.

**14. (2024)**

Entre as frases a seguir, assinale a que mostra um termo sublinhado que, como **hiperônimo**, retoma um termo anterior.

- (A) Bernardo mostra atualmente um grande entusiasmo por seu novo trabalho. Tal engajamento favorecerá sem dúvida seu progresso na companhia.
- (B) Célia acaba de nos contar uma história estranha. Essa história se passa no início do século passado.
- (C) A censura classifica os filmes apresentados pelos distribuidores. Esses profissionais nem sempre estão de acordo com as decisões tomadas sobre isso.
- (D) A neve começou a cair e, algumas horas mais tarde, tudo estava coberto. Um imenso tapete branco se estendia a perder de vista.
- (E) A escrita data de vários séculos. Você sabe de quando é o primeiro alfabeto?

**15. (2024)**

Assinale a opção em que não está presente uma expressão ou termo indicativo de causa.

- (A) O paisagista pinta tranquilo porque a paisagem de frente não se pode aproximar do quadro para ver se está parecida.
- (B) A História é como um estilingue. Quanto mais fundo você puxa, mais longe você alcança.
- (C) Algumas pessoas são o centro das atenções numa festa por terem ótimo senso de humor.
- (D) Em função de algumas declarações falsas, a repórter foi obrigada a desmenti-las.
- (E) Em vista do aumento de impostos, houve grande reclamação dos empresários.

**16. (2024)**

Assinale a frase que mostra uma estrutura de antíteses, ou seja, uma oposição semântica de palavras.

- (A) Não há cura para o nascimento e para a morte a não ser usufruir o intervalo.
- (B) Amanhã não será como ontem.
- (C) Eu gosto dos sonhos do futuro mais do que da história do passado.
- (D) Os eventos futuros projetam suas sombras muito antes.
- (E) Escreve-se a história para narrar e não para provar.

**17. (2024)**

Assinale a frase a seguir em que os termos sublinhados **não** formam uma antítese.

- (A) Fale bem dos amigos todos os dias. Fale mal dos inimigos pelo menos duas vezes por dia.
- (B) Ele não sabe nada e pensa que sabe tudo. Isso aponta claramente para uma carreira política.
- (C) A paz faz crescerem as coisas pequenas; a guerra destrói as grandes.
- (D) Dos amos, devemos temer tanto sua ira como seu afeto.
- (E) A caneta que nomeia é a mesma que demite.

**18. (2024)**

Assinale a frase que não se apoia em uma oposição.

- (A) A dança é uma expressão vertical de um desejo horizontal.
- (B) Eu não posso dizer se livros me trazem mais perto das coisas ou me distanciam delas.
- (C) Nunca deixe a verdade ficar no caminho de uma boa mentira.
- (D) Comidas saudáveis me deixam doente.
- (E) As pessoas ligam a televisão quando querem desligar o cérebro.

**19. (2024)**

Nas opções a seguir, ocorrem comparações entre dois elementos. Assinale a opção em que esses dois elementos estão corretamente identificados.

- (A) Uma casa sem gato é como um aquário sem peixe / gato e peixe.
- (B) As aves constituem, talvez, com sua vida, os melhores educadores dos homens / aves e homens.
- (C) O limão é uma laranja de mau-humor / limão e mau-humor.
- (D) A parte mais sensível do corpo humano é o bolso / parte e corpo humano.
- (E) O salário-mínimo é como menstruação: vem todos os meses e acaba em quatro dias /salário-mínimo e menstruação.

**20. (2024)**

Assinale a figura de linguagem que apresenta um exemplo adequado.

- (A) Pleonasma: *a vida é um beco sem saída.*
- (B) Metáfora: *caía e levantava, caía e levantava.*
- (C) Anacoluto: *empregadas, quem pode ter criados hoje?*
- (D) Silepse: *somos todos brasileiros!*
- (E) Metonímia: *a plateia era uma confusão só!*

**21. (2024)**

O início do romance *O Primo Basílio*, de Eça de Queiroz:

*“Tinham dado onze horas no cuco da sala de jantar. Jorge fechou o volume de Luís Figuer que estivera folheando devagar, estirado na velha voltaire de marroquim escuro, espreguiçou-se, bocejou e disse:*

- *Tu não te vais vestir, Luísa?*
- *Logo.”*

Assinale a afirmativa **incorreta** sobre o conteúdo ou sobre a estruturação desse segmento inicial do romance.

- (A) O primeiro período desse fragmento situa no tempo e no lugar as ações narradas a seguir.
- (B) Esse fragmento inicial já introduz dois personagens da narrativa: Jorge e Luísa.
- (C) A pergunta do personagem Jorge traz implícita a cobrança de que Luísa já deveria se ter vestido.
- (D) A resposta de Luísa faz supor que há algum aborrecimento na relação entre os dois personagens.
- (E) As formas verbais “espreguiçou-se”, “bocejou” e “disse” exemplificam uma sequência cronológica de ações, marca dos textos narrativos.

**22. (2024)**

Observe o texto argumentativo a seguir.

*Ainda bem que a saidinha dos presos foi extinta, já que esse benefício estava sendo mal utilizado, propiciando a fuga de muitos presos, assim como a possibilidade real do cometimento de novos crimes. (Cartas dos leitores)*

Sobre esse segmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto fundamenta a sua argumentação na autoridade especializada de quem emite a opinião.
- (B) Os argumentos utilizados pelo enunciador são de base afetiva e, por isso, muito eficientes.
- (C) O texto perde bastante força por expressar uma opinião desacompanhada de argumentos que a apoiem.
- (D) O posicionamento apresentado é injusto por não levar em consideração os direitos dos presos.
- (E) Os argumentos apresentados pelo enunciador mostram bastante peso por se apoiarem em fatos bem conhecidos.

**23. (2024)**

O célebre orador Padre Antônio Vieira escreveu em um dos seus fantásticos sermões:

*“Os dias, soma-os a vida, diminui-os a morte, multiplica-os a ressurreição”.*

Assinale a afirmação inadequada em relação ao significado e à estruturação dessa frase.

- (A) O enunciador da frase preferiu a forma pleonástica, antecipando o substantivo “os dias” e repetindo-o nos pronomes pessoais oblíquos “os”.
- (B) As frases que compõem esse pequeno texto obedecem a rigoroso paralelismo sintático.
- (C) A temática que envolve a frase está ligada ao campo semântico da religião.
- (D) A sequência dos termos “vida”, “morte” e “ressurreição” recria o caminho do homem na visão cristã.
- (E) A sequência dos termos “soma”, “diminui” e “multiplica” indica uma visão materialista da existência humana.

**24. (2024)**

Leia o fragmento a seguir.

*A lenda dos três reis magos.*

*Ouro, incenso e mirra, esses foram os três presentes que os magos levaram ao Menino Jesus. Os magos não eram três e não eram reis. E provavelmente jamais existiram, mas têm nomes: Baltasar, Gaspar, Melquior. Suas fisionomias lembram as três etnias da Humanidade conhecidas na época em que a lenda se formou.*

Sobre o fragmento, assinale a afirmativa **inadequada**.

- (A) O título do texto já antecipa algo que não é verdadeiro.
- (B) Ao usar, no primeiro período, a expressão os magos já mostra o conserto de algo equivocado.
- (C) O termo provavelmente mostra uma certeza sobre a inexistência dos reis magos.
- (D) A alusão às etnias funciona como uma explicação para o aparecimento dessas figuras no texto bíblico.
- (E) Os presentes dados ao Menino Jesus também fazem parte das incertezas presentes na Bíblia.

**25. (2024)**

A interpretação de textos procura decodificar as informações e os sentidos neles presentes.

Leia o texto a seguir:

*“As certezas da física crescem em número, mas as suas incertezas crescem mais rapidamente. A experiência da economia durante as seis ou sete gerações em que ela vem sendo seriamente estudada tem sido semelhante,*

# RACIOCÍNIO LÓGICO -MATEMÁTICO

## 1. (2024)

Em um depósito havia 12 caixotes. Substituiu-se um deles por um caixote de 17kg e, com isso, a média dos pesos de todos os caixotes diminuiu em 2kg.

O peso do caixote retirado era de

- (A) 33kg.
- (B) 35kg.
- (C) 37kg.
- (D) 39kg.
- (E) 41kg.

## 2. (2024)

O professor calculou a média das notas de 9 alunos numa prova e obteve 5,5. Notou então que faltou avaliar uma prova de um décimo aluno, corrigiu a referida prova e deu nota 8,5 a ela. A nova média, agora dos dez alunos, foi então igual a

- (A) 5,6
- (B) 5,7
- (C) 5,8
- (D) 5,85
- (E) 5,9

## 3. (2024)

Segundo dados do IBGE, o IPCA mensal registrou os seguintes valores entre janeiro e julho de 2023 (em %):

jan/23	0,53
fev/23	0,84
mar/23	0,71
abr/23	0,61
mai/23	0,23
jun/23	-0,08
jul/23	0,12

Considerando esse período, a mediana e a amplitude (em %) foram iguais, respectivamente, a

- (A) 0,42 e 0,76.
- (B) 0,53 e 0,76.
- (C) 0,53 e 0,92.

(D) 0,53 e 0,485.

(E) 0,57 e 0,84.

## 4. (2024)

Quatro atletas disputam uma prova de salto ornamental. Cada um deles tem direito a dar 4 saltos. Cada salto recebe nota de 0 a 10. Vence a prova o atleta cujo conjunto de notas tiver a maior mediana. Em caso de empate, vence aquele cujo conjunto de notas tiver o menor desvio padrão.

Na tabela a seguir, pode-se ver as notas obtidas em cada salto pelos atletas.

Atleta A	7,5	8,5	7,5	7,0
Atleta B	7,0	9,5	6,0	8,5
Atleta C	7,5	7,5	7,5	7,5
Atleta D	6,5	2,0	10,0	9,0

Nessa competição, o atleta vencedor e o atleta que ficou em 2º foram, respectivamente,

- (A) A e B.
- (B) B e D.
- (C) C e A.
- (D) D e C.
- (E) B e C.

## 5. (2024)

O "Seven Eleven" é um jogo de dados popular nos cassinos, jogado com dois dados de seis faces honestos e não viciados. O objetivo inicial é rolar um valor de sete ou onze obtido pela soma das faces dos dois dados. Para começar, um jogador lança simultaneamente os dois dados. Se a soma dos números for sete ou onze, o jogador ganha.

O resultado modal para esse lançamento é:

- (A) 7;
- (B) 8;
- (C) 9;
- (D) 10;
- (E) 11.

**6. (2024)**

Considere uma variável aleatória X com os seguintes momentos:

$E(X) = 4.$

$E(X^2) = 25$

O desvio-padrão de X é igual a:

(A) 3.

(B) 9.

(C)  $\sqrt{21}$ .

(D)  $\sqrt{29}$ .

(E) 2,5.

**7. (2024)**

A média aritmética de 5 números é 6,8 e o desvio padrão dessa população é 1,47. Se todos os 5 números forem acrescidos de duas unidades,

(A) a média e o desvio padrão preservam os seus valores.

(B) a média aumenta para 7,2 e o desvio padrão preserva seu valor.

(C) a média aumenta para 8,8 e o desvio padrão preserva seu valor.

(D) a média aumenta para 7,2 e o desvio padrão aumenta para 3,47.

(E) a média aumenta para 8,8 e o desvio padrão aumenta para 3,47.

**8. (2024)**

Para a resolução da questão abaixo, pode ser necessário utilizar alguns dos resultados a seguir.

• Probabilidades aproximadas da Normal padrão ( $Z \sim N(0,1)$ ):

$P(Z > 0.25) = 0.40$

$P(Z > 0.5) = 0.31$

$P(Z > 0.8) = 0.21$

$P(Z > 1) = 0.16$

$P(Z > 1.2) = 0.12$

$P(Z > 1.28) = 0.1,$

$P(Z > 1.5) = 0.07$

$P(Z > 1.64) = 0.05$

$P(Z > 1,96) = 0.025$

$P(Z > 2) = 0.02$

$P(Z > 2,33) = 0,01$

$P(Z > 2.5) = 0.06;$

$Pr(Z > 2,575) = 0,005$

$P(Z > 3) = 0.013$

• Valores aproximados da função exponencial:

$\exp(-1/40) = 0.97$

$\exp(-1) = 0,368$

$\exp(-2) = 0,135$

$\exp(-4) = 0,018$

• Valores aproximados da função logaritmo natural:

$\ln(2) = 0,7$

$\ln(3) = 1,1$

$\ln(4) = 1,4.$

Também podem ser úteis os trechos de tabelas das distribuições a seguir.

• Distribuição t de Student:

Graus de Liberdade	Área de extremidade superior				
	10%	5%	2,5%	1%	0,5%
15	1,341	1,753	2.131	2,602	2,947
16	1,337	1,746	2,120	2,583	2,921
17	1,333	1,740	2,110	2,567	2,898
18	1,330	1,734	2,101	2,552	2,878
19	1,328	1,729	2,093	2,539	2,861
20	1,325	1,725	2,086	2,528	2,845

• Distribuição qui-quadrado

Graus de Liberdade	Área de extremidade superior				
	2,5%	2%	1%	0,2%	0,1%
6	14,449	15,033	16,812	20,791	22,457
7	16,013	16,622	18,472	22,601	24,322
8	17,534	18,168	20,090	24,352	26,125
9	19,023	19,679	21,666	26,056	27,877
10	20,483	21,161	23,209	27,722	29,588

• Distribuição qui-quadrado:

Graus de Liberdade	Área de extremidade superior				
	99%	98%	97,5%	95%	90%
8	1,646	2,032	2,180	2,733	3,490
9	2,088	2,532	2,700	3,325	4,168
10	2,558	3,059	3,247	3,940	4,865
11	3,053	3,609	3,816	4,575	5,578
12	3,571	4,178	4,404	5,226	6,304

O desempenho de uma variável econômica em 2023, em termos das variações percentuais trimestrais, foi armazenado no vetor  $(2, -1, 4, -2)'$ . Com o intuito de avaliar a variabilidade nesse ano, foram consideradas as quatro métricas a seguir.

- 1- norma L1 das componentes do vetor;
- 2- norma L2 das componentes do vetor;
- 3- soma dos valores absolutos (módulos) dos desvios de cada componente do vetor em relação à mediana de todos;
- 4- raiz quadrada da soma dos quadrados dos desvios em relação à sua média, isto é, o numerador do desvio padrão.

A respeito da comparação entre os valores assumidos por essas medidas, a única afirmativa correta é:

- (A) 1 e 3 coincidem, e são inferiores a todos os demais valores;
- (B) 3 é inferior a todos os demais, ao passo que 2 e 4 coincidem;

- (C) 1 é inferior a todos os demais, ao passo que 2 e 4 coincidem;  
 (D) 4 é inferior a todos os demais, ao passo que 1 e 3 coincidem;  
 (E) 2 e 4 coincidem, e são inferiores a todos os demais valores.

**9. (2024)**

Um grupo de funcionários possui desvio padrão salarial igual a R\$ 1 mil. Após receber um aumento linear de R\$ 2,5 mil, o novo coeficiente de variação salarial passou a ser igual a 0,08.

O percentual médio de aumento salarial foi de:

- (A) 5;  
 (B) 10;  
 (C) 15;  
 (D) 20;  
 (E) 25.

**10. (2024)**

O inteiro positivo  $N$  é o menor número tal que dividido por 13 deixa resto 12 e dividido por 11 deixa resto 10.

A soma dos algarismos de  $N$  é

- (A) 6.  
 (B) 7.  
 (C) 8.  
 (D) 9.  
 (E) 10.

**11. (2024)**

Seja  $N$  um número natural menor que 1.000 que possui 14 divisores distintos também naturais.

Assim,  $N^2$  tem

- (A) 16 divisores.  
 (B) 27 divisores.  
 (C) 28 divisores.  
 (D) 39 divisores.  
 (E) 156 divisores.

**12. (2024)**

O preço de um artigo sofreu um desconto de 40% e, em seguida, um novo desconto de 20%.

O desconto total foi de:

- (A) 52%.  
 (B) 54%.  
 (C) 56%.  
 (D) 58%.  
 (E) 60%.

**13. (2024)**

Uma loja, ao vender seus produtos, dá 5% de desconto sobre o preço que estiver na etiqueta para pagamentos a vista. Caso o cliente prefira pagar a prazo, deverá quitar a dívida um mês depois, pagando o valor que pagaria a vista com juros de 10%.

Tomando como referência o preço na etiqueta, quem comprar a prazo pagará a mais

- (A) 3,8%.  
 (B) 4,0%.  
 (C) 4,2%.  
 (D) 4,5%.  
 (E) 5,0%

**14. (2024)**

Em uma pesquisa realizada sobre o consumo regular de alimentos, foi constatado que:

- 5% dos entrevistados não consomem regularmente nem legumes e nem verduras;
- 60% dos entrevistados consomem regularmente legumes;
- 47% dos entrevistados consomem regularmente verduras.

A porcentagem de entrevistados que consomem regularmente tanto legumes quanto verduras é

- (A) 11%.  
 (B) 12%.  
 (C) 13%.  
 (D) 14%.  
 (E) 15%.

**15. (2024)**

Três amigas, Anita, Bebel e Carla, foram jantar juntas. Sabe-se que Anita consumiu, em reais, o dobro do que Carla. Carla, por sua vez, consumiu o equivalente a 60% da quantia consumida por Bebel. Na hora de pagar, as três resolveram dividir a conta igualmente pelas três. É correto concluir que:

- (A) Anita pagou  $\frac{4}{9}$  a menos do que consumiu;  
 (B) Bebel pagou  $\frac{1}{9}$  a mais do que consumiu;  
 (C) Carla pagou  $\frac{5}{9}$  a mais do que consumiu;  
 (D) Anita pagou  $\frac{1}{15}$  a menos do que consumiu;  
 (E) Bebel pagou  $\frac{4}{15}$  a menos do que consumiu.

**16. (2024)**

Certa quantia em reais foi repartida entre Ana, Bia e Cida de modo que cada uma delas recebeu, respectivamente, partes inversamente proporcionais a 2, 3 e 5. Depois de feita a partilha, Cida deu tudo o que havia recebido para Bia que, após essa doação, terminou com R\$ 320,00 a mais do que Ana.

A quantia originalmente repartida entre elas foi

- (A) R\$ 9.930.
- (B) R\$ 9.920.
- (C) R\$ 9.910.
- (D) R\$ 9.900.
- (E) R\$ 9.890.

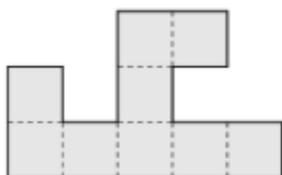
**17. (2024)**

Em um plano cartesiano,  $C$  é uma circunferência em que a corda  $AB$ , tal que  $A(8,17)$  e  $B(18,-7)$ , é um de seus diâmetros. Os pontos em que  $C$  intersecta os eixos coordenados são vértices de um triângulo, cuja área vale

- (A) 70.
- (B) 66.
- (C) 64.
- (D) 60.
- (E) 56.

**18. (2024)**

A figura abaixo foi feita reunindo pequenos quadrados todos iguais.



O perímetro da figura é de 120cm.  
A área da figura em  $\text{cm}^2$  é

- (A) 288.
- (B) 324.
- (C) 342.
- (D) 360.
- (E) 378.

**19. (2024)**

Uma parede retangular de 5,2 m de comprimento por 2,4 m de altura deve ser coberta com azulejos quadrados de 20 cm de lado. O número de azulejos necessários para cobrir inteiramente essa parede é igual a:

- (A) 286
- (B) 312

- (C) 324
- (D) 338
- (E) 350

**20. (2024)**

Em um tronco de cone maciço e vedado, as bases têm áreas medindo  $36\pi \text{ dm}^2$  e  $4\pi \text{ dm}^2$ .

Se a geratriz desse tronco mede 5 dm, o seu volume, em litros, é igual a

- (A)  $52\pi$ .
- (B)  $48\pi$ .
- (C)  $45\pi$ .
- (D)  $44\pi$ .
- (E)  $42\pi$ .

**21. (2024)**

Um triângulo isósceles tem os vértices da base nos pontos de coordenadas  $(3,0)$  e  $(7,0)$  no plano cartesiano.

Sabendo-se que a medida da área do triângulo é de 20, determine as coordenadas de seu terceiro vértice.

- (A)  $(5,10)$
- (B)  $(5,5)$
- (C)  $(7,3)$
- (D)  $(3,7)$
- (E)  $(10,5)$

**22. (2024)**

Juremar faz uma compra numa loja de departamentos. Não podendo pagar a vista, decide por pagar a prazo, parcelando a compra em 3 pagamentos mensais, iguais e consecutivos de R\$ 676,00, sendo o primeiro deles pago no ato da compra (momento  $T = 0$ ).

Sabe-se que, ao realizar um pagamento ( $P$ ), o saldo devedor imediatamente antes do pagamento ( $SAP$ ) é subtraído do valor do pagamento e o resultado obtido nessa subtração é o saldo devedor remanescente pós pagamento ( $SDR$ ).

Dados dois momentos consecutivos quaisquer, o  $SAP$  do momento  $T + 1$  é o  $SDR$  do momento  $T$  acrescido de juros. A tabela a seguir apresenta alguns dos valores relativos a essa sistemática aplicada na transação feita por Juremar.

	$T = 0$	$T = 1$	$T = 2$
SAP	Valor Original	R\$ 1.326,00	
P	R\$ 676,00	R\$ 676,00	R\$ 676,00
SDR			

# INFORMÁTICA BÁSICA

## 1. (2024)

No contexto do funcionamento básico de um computador e seus componentes principais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A memória RAM é uma forma de armazenamento não volátil, que mantém os dados permanentemente, mesmo sem alimentação elétrica.
- (B) O disco rígido (HDD) ou a unidade de estado sólido (SSD) são exemplos de dispositivos de armazenamento onde o sistema operacional, programas e dados do usuário são armazenados de forma permanente.
- (C) Uma GPU (Unidade de Processamento Gráfico) é utilizada exclusivamente para renderizar gráficos em jogos e não tem impacto no desempenho em outras aplicações.
- (D) O sistema operacional é armazenado temporariamente na memória RAM durante a inicialização do computador e é transferido para o disco rígido ou SSD após o desligamento, para garantir a persistência dos dados.
- (E) A CPU (Unidade Central de Processamento) não influencia diretamente o desempenho de tarefas computacionais, sendo sua principal função a gestão da entrada e saída de dados nos dispositivos periféricos.

## 2. (2024)

Um dos principais tipos de dispositivos de armazenamento de dados são os discos rígidos ou HD's. Entre os discos abaixo, instalados em um computador e com a informação de seus respectivos espaços disponíveis, aquele que apresenta maior espaço para armazenamento disponível no momento é o

- (A) disco A: 2 TB.
- (B) disco B: 2 MB.
- (C) disco C: 5 GB.
- (D) disco D: 3 KB.
- (E) disco E: 100 B.

## 3. (2021)

Nas vendas do varejo, o termo *impressora multifuncional* refere-se aos equipamentos que, além de imprimir, permitem

- (A) copiar e ler códigos de barras.
- (B) escanear e copiar documentos.
- (C) escanear e ler códigos de barras.
- (D) comunicação remota por meio de Wi-Fi.
- (E) operar com múltiplos graus de resolução.

## 4. (2024)

O menu de opções de desligamento do sistema operacional Microsoft Windows 10, em sua versão em português, apresenta várias alternativas possíveis.

O tipo de desligamento que salva o estado atual do seu computador (incluindo todos os seus programas abertos e trabalho não salvo) em um arquivo temporário no disco rígido e, em seguida, desliga o computador é chamado de

- (A) hibernação.
- (B) ativação.
- (C) reinicialização.
- (D) atualização.
- (E) formatação.

## 5. (2024)

No Windows 10 em português, para verificar a utilização de rede por cada processo na rede principal atual, podemos usar o programa utilitário

- (A) Disk Manager.
- (B) Conexão Remota.
- (C) Microsoft Defender.
- (D) Backup do Windows.
- (E) Gerenciador de Tarefas

## 6. (2024)

Considere duas pastas na área de trabalho de um computador instalado com Windows10 em português, denominadas PASTA1 e PASTA2, e a realização da seguinte sequência de comandos:

- 1- Abrir a PASTA1
- 2- Selecionar um arquivo nesta pasta denominado DA-DOS.txt
- 3- Executar um Ctrl-X

4- Abrir a PASTA2

5- Executar um Ctrl-V

Após esta sequência de comandos o arquivo DADOS.txt será

- (A) apontado por um atalho criado na PASTA1.
- (B) apontado por um atalho criado na PASTA2.
- (C) copiado da PASTA1 para a PASTA2.
- (D) movido da PASTA1 para a PASTA2.
- (E) removido e enviado para a Lixeira do Windows.

**7. (2023)**

No Windows, é possível a um usuário, operando no computador A, assumir o controle do Windows no computador B, por meio de uma conexão de rede.

Assinale a ferramenta/aplicativo/utilitário que oferece essa funcionalidade.

- (A) Conexão de Área de Acesso Remota.
- (B) Explorador de Arquivos.
- (C) Ferramenta de Captura.
- (D) Firewall.
- (E) Gerenciador de Tarefas.

**8. (2023)**

*File Explorer* é o gerenciador de arquivos e pastas do sistema operacional Windows 10. O atalho de teclado que permite renomear um arquivo selecionado no *File Explorer* é

- (A) F1.
- (B) F2.
- (C) F3.
- (D) F4.
- (E) F5.

**9. (2022)**

Considere as seguintes afirmativas sobre a lixeira Windows 10.

I. Serve para armazenar e recuperar arquivos removidos.

II. Todos os arquivos da lixeira são removidos definitivamente após trinta dias.

III. A lixeira tem uma capacidade limite de armazenagem que não pode ser alterada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

**10. (2022)**

Com relação aos *Acessórios do Windows*, na versão 10, a *Ferramenta de Captura* pode ser utilizada para

- (A) copiar imagens em exibição na tela do monitor.
- (B) gravar os passos de operações realizadas no Windows.
- (C) recuperar arquivos danificados.
- (D) recuperar arquivos indevidamente deletados.
- (E) recuperar conteúdos da área de transferência do Windows.

**11. (2022)**

O trabalho de Maria faz com que ela edite documentos, lide com aplicativos específicos e envie/responda diversos *e-mails* ao longo do dia. Assim, ela decidiu incrementar a tela do seu computador de mesa, por meio da utilização de um segundo monitor físico.

No Windows 10, para configurar a disposição das telas, Maria precisou

- (A) abrir *Visão de Tarefas na Barra de Tarefas* e acionar a opção *Nova área de trabalho*.
- (B) utilizar o menu *Configurações/Sistema*.
- (C) fazer o download e instalar o recurso que permite essa utilização.
- (D) usar a *Ferramenta de Captura* do Windows 10.
- (E) utilizar o aplicativo *Gerenciador de Tarefas na Barra de Tarefas*.

**12. (2022)**

No Windows 10, o nome da assistente virtual de produtividade pessoal é

- (A) Alexa.
- (B) Cortana.
- (C) Lucy.
- (D) Siri.
- (E) Windy.

**13. (2022)**

No Windows 10, o Gerenciador de Tarefas é extremamente útil para análise dos processos ativos, desempenho e utilização de certos recursos.

Nesse contexto, analise os itens abaixo, de como é possível abrir esse programa.

I. Clicar na barra de pesquisa do Windows, digitar “Tarefas” e selecionar o gerenciador;

II. Usar o atalho de teclado Ctrl + Shift + Esc.

III. Usar o atalho Ctrl + Alt + Del e selecionar o gerenciador.

IV. Clicar com o botão direito do mouse na Barra de Tarefas e selecionar o gerenciador.

Assinale a opção que o grupo que contém todos os itens corretos.

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

**14. (2021)**

Computadores de mesa e notebooks requerem a instalação de um sistema operacional para funcionar.

Uma função que **NÃO** faz parte das atribuições de um sistema operacional como o Windows 10 é o gerenciamento de:

- (A) caixas postais de correio eletrônico;
- (B) discos rígidos;
- (C) impressoras e scanners;
- (D) memória;
- (E) tarefas e processos.

**15. (2021)**

No Windows 10, o **Gerenciador de Tarefas** permite o monitoramento da utilização de recursos do sistema em termos de utilização e atividade.

A lista que contém apenas recursos monitorados por meio da guia Desempenho é:

- (A) Arquivos, CPU, Energia, Firewall;
- (B) Arquivos, CPU, Energia, Memória virtual;
- (C) CPU, Disco, Ethernet, Memória;
- (D) Disco, Ethernet, Memória, Impressão;
- (E) Disco, Firewall, Ethernet, Memória.

**16. (2021)**

No ambiente Windows, os programas responsáveis pela comunicação entre o sistema operacional e o hardware conectado ao computador, tais como impressora, mouse, placas de vídeo e rede, são conhecidos pelo termo

- (A) drivers.
- (B) threads.
- (C) serviços.
- (D) registros.
- (E) processos.

**17. (2021)**

Bruno quer copiar para um *pen drive* todo o conteúdo de uma pasta localizada no desktop do seu computador, mas antes precisa descobrir quantas subpastas e arquivos há na referida pasta e, também, o espaço requerido para a armazenagem. Assinale o recurso do Windows que permite mais facilmente a obtenção dessas informações.

- (A) Configurações.
- (B) Bloco de Notas.
- (C) Prompt de Comando.
- (D) Gerenciador de Tarefas.
- (E) Explorador de Arquivos.

**18. (2021)**

Maria abriu o *Explorador de Arquivos* no Windows para apagar um arquivo em uma certa pasta. Depois de acessar a pasta, Maria localizou o arquivo, selecionou-o e pressionou Delete no teclado.

Maria, imediatamente, percebeu que havia deletado o arquivo errado. Ato contínuo, usou uma combinação de teclas e o arquivo voltou a ser exibido na lista. Assinale a combinação de teclas utilizada por Maria.

- (A) Ctrl-Alt-X
- (B) Ctrl-Alt-D
- (C) Ctrl-R
- (D) Ctrl-Y
- (E) Ctrl-Z

**19. (2021)**

Utilizando seu notebook com Windows 10, Gabriel notou que o computador ficou excessivamente lento, e está tentando identificar a razão dessa lentidão.

O recurso do Windows que é adequado para que Gabriel possa identificar, dentre os programas e processos ativos no seu sistema, o consumo de recursos como memória, disco, rede e outros, é denominado:

- (A) Assistência Rápida;
- (B) Desfragmentador de Disco;
- (C) Explorador de Arquivos;
- (D) Gerenciador de Tarefas;
- (E) Windows Defender Firewall.

**20. (2021)**

Marcos precisa ativar rapidamente o Bluetooth de seu computador por meio do Windows 10.

Na tela de configurações, Marcos deve abrir a configuração de:

- (A) Aplicativos;
- (B) Dispositivos;
- (C) Personalização;
- (D) Redes e Internet;
- (E) Sistema.

**21. (2021)**

No Windows, um nome de arquivo que contém caracteres inválidos e **NÃO** seria aceito é:

- (A) amostra-gratis.doc
- (B) 12345.txt
- (C) 12-09-2021.xls
- (D) relatorio\*.pdf
- (E) abc.txt.gif

**22. (2021)**

Observe as alternativas a seguir, exibidas após o acionamento de uma combinação de teclas no Windows 10.

- Bloquear
- Trocar usuário
- Sair
- Gerenciador de Tarefas

Assinale a opção que apresenta a combinação de teclas utilizada.

- (A) Ctrl + Alt
- (B) Ctrl + Alt + Delete
- (C) Ctrl + R
- (D) Ctrl + Shift + S
- (E) Ctrl + Y

**23. (2021)**

Joana estava trabalhando com o Explorador de Arquivos no Windows 10 quando, sem querer, deletou um arquivo. Imediatamente, Joana se lembrou de uma combinação de teclas para desfazer a remoção e recuperar o arquivo.

Joana usou a combinação

- (A) Alt + Del
- (B) Ctrl + Z
- (C) Ctrl + C
- (D) Ctrl + X
- (E) Ctrl + V

**24. (2016)**

No MS Word, o acesso às opções de configuração está disponível na guia

- (A) arquivo.
- (B) *design*.
- (C) *layout*.
- (D) revisão.
- (E) referências.

**25. (2018)**

Considere o documento MS Word, cujo conteúdo é exibido a seguir.

- Goiaba,
- Batata,
- Banana,
- Beringela,

Nesse documento é realizada uma busca, por meio do comando *Localização avançada*, na qual a opção *Usar caracteres curinga* foi acionada, e o texto de busca é

[B]\*?a,

Assinale a opção que indica o número de palavras que seriam localizadas nas condições acima descritas.

- (A) Zero.
- (B) Uma.
- (C) Duas.
- (D) Três.
- (E) Quatro.

**26. (2016)**

O editor de planilhas Microsoft Excel é uma ferramenta muito útil para a análise e o cálculo de dados. Todas as suas fórmulas são agrupadas por categorias na guia “Fórmulas”.

Relacione as fórmulas do Microsoft Excel listadas a seguir aos seus respectivos objetivos.

- I. SOMA.SE
- II. CONCATENAR
- III. DESLOC
- IV. ÍNDICE
- V. COMPACTAR

( ) Junta várias cadeias de texto em uma só.

( ) Retorna um valor ou a referência a um valor de dentro de uma tabela ou intervalo.

( ) Soma os valores de um intervalo que correspondam a determinados critérios.

( ) Remove todos os espaços do texto, exceto os espaços únicos entre palavras.

( ) Procura por um valor específico em uma coluna e retorna o valor de uma célula relativa.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) II, IV, I, V e III.
- (B) I, III, V, IV e II.
- (C) V, IV, I, II e III.
- (D) III, II, I, V e IV.
- (E) V, IV, I, III e II.

# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

## 1. (2022)

A doutrina de Direito Administrativo ensina que competência administrativa é a atribuição normativa da legitimação para a prática de um ato administrativo.

Nesse contexto, em matéria de competência administrativa, é **correto** afirmar que:

- (A) as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade podem ser objeto de delegação;
- (B) a prescritibilidade e a prorrogabilidade são características desse tipo de competência;
- (C) a avocação e a delegação de competência não podem ser revogadas transcorrido o prazo de cento e vinte dias;
- (D) a delegação de competência é vedada, exceto quando se tratar de edição de atos normativos e decisão de recursos hierárquicos;
- (E) a delegação de competência, ato discricionário, pode ser revogada a qualquer tempo e não implica renúncia de competência.

## 2. (2024)

Ao realizar a atividade de controle administrativo, a autoridade competente observou as seguintes situações:

I. a sociedade Alfa após obter o regular deferimento de certo ato administrativo praticou infração que deve importar em sua extinção;

II certo ato discricionário regularmente deferido à sociedade Beta, sem vícios, não mais atende ao interesse público;

III determinado ato vinculado deferido em benefício da sociedade Ômega possui vício sanável de competência.

Aponte a opção que correlaciona adequadamente a situação descrita à providência a ser adotada pela Administração Pública.

- (A) I-cassação; II-revogação; III-convalidação.
- (B) I-anulação; II-revogação; III-anulação.
- (C) I-revogação; II-anulação; III-convalidação.
- (D) I-cassação; II-anulação; III-revogação.
- (E) I-anulação; II-convalidação; III-revogação.

## 3. (2023)

Autoridades competentes da União verificaram que determinado ato administrativo discricionário foi regularmente deferido com base na legislação então vigente, de modo que não possuía qualquer vício, mas que a superveniência de lei fez com que ele se tornasse incompatível com o ordenamento jurídico.

Nesse caso, é correto afirmar que tal situação deveria ensejar a

- (A) caducidade do ato administrativo.
- (B) revogação do ato administrativo.
- (C) convalidação do ato administrativo.
- (D) cassação do ato administrativo.
- (E) anulação do ato administrativo.

## 4. (2023)

João obtém, junto ao Município Beta, a concordância para utilizar, privativamente, determinada rua da municipalidade. Contudo, antes mesmo de usufruir da coisa pública, o particular muda de ideia e informa a Administração que não irá desfrutar do bem público.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, se está diante da extinção do ato administrativo em razão da

- (A) caducidade.
- (B) anulação.
- (C) cassação.
- (D) renúncia.
- (E) recusa.

## 5. (2022)

Em matéria de poderes administrativos, é correto afirmar que uma fundação pública federal da área de saúde instituída com personalidade jurídica de direito privado

- (A) se submete ao poder disciplinar do Ministério da Saúde, pela desconcentração administrativa existente entre os dois órgãos públicos.
- (B) não se submete a qualquer tipo de controle pelo Ministério da Saúde, haja vista que possui personalidade jurídica de direito privado.
- (C) se submete ao poder disciplinar do Ministério da Saúde, pela hierarquia interna existente entre as duas pessoas jurídicas que desempenham o mesmo tipo de serviço público.

(D) se submete ao poder hierárquico do Ministério da Saúde, pela hierarquia externa existente entre as duas pessoas jurídicas que desempenham o mesmo tipo de serviço público.

(E) não se submete ao poder hierárquico do Ministério da Saúde que, contudo, controla os seus atos pela vinculação ou tutela administrativa.

**6. (2022)**

Com base no caso apresentado a seguir, responda à questão.

Sob a égide da nova lei de licitações e contratos administrativos, o Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, após procedimento licitatório, celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Alfa. No curso da execução do contrato, a sociedade empresária Alfa deu causa à inexecução parcial do contrato. O TRT verificou, no bojo de regular processo administrativo em que foram assegurados contraditório e ampla defesa à contratada, que a inexecução praticada não causou grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, razão pela qual não se justificava a imposição de penalidade mais grave à contratada.

Em tema de poderes administrativos, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o poder administrativo que embasou diretamente a aplicação da sanção pelo TRT da Yª Região à sociedade empresária Alfa é o poder

- (A) de polícia.
- (B) de fiscalização do trabalho.
- (C) hierárquico.
- (D) regulamentar.
- (E) disciplinar.

**7. (2024)**

Caso os agentes competentes no regular exercício do poder de polícia administrativa verifiquem que em determinada farmácia estão sendo vendidos medicamentos vencidos, ou seja, fora do prazo de validade, que colocam em risco a saúde da população, cuja apreensão e inutilização tem fundamento legal, tais agentes devem promover a autuação do estabelecimento e, dentre outras medidas cabíveis:

- (A) comunicar a existência dos medicamentos vencidos à polícia militar para que seja possível a apreensão de tais mercadorias;
- (B) comunicar aos órgãos públicos pertinentes, para que seja formulado pleito judicial que possibilite a apreensão de tais mercadorias;

(C) apreender prontamente os referidos medicamentos vencidos, viabilizando o exercício da ampla defesa e do contraditório de forma diferida;

(D) notificar o particular para exercer a ampla defesa e o contraditório prévio, a fim de que, só depois, seja viável a apreensão dos aludidos medicamentos vencidos;

(E) apreender os medicamentos vencidos em questão, sem que haja em qualquer momento a garantia da ampla defesa e do contraditório, diante da gravidade da conduta do particular.

**8. (2022)**

A humanidade vem enfrentando situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus. Com base em lei, autoridade estadual competente estabeleceu regularmente a medida do uso obrigatório de máscaras de proteção individual em locais públicos, com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde, limitada no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o poder administrativo que diretamente embasou a citada medida é o poder

- (A) disciplinar, que permite a regulamentação da vida em sociedade, com a fixação de sanções pelo descumprimento das normas.
- (B) hierárquico, que permite a regulamentação da vida em sociedade, mediante normas verticalmente impostas pelo poder público, em prol do interesse público.
- (C) de saúde pública, que permite limitar a liberdade individual, em prol do interesse público, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade.
- (D) de gestão, que permite a edição de atos normativos de gestão para limitar a propriedade e liberdade individuais, em prol do interesse da coletividade.
- (E) de polícia, que permite a estipulação de restrições e limitações ao exercício de liberdades individuais, em razão da supremacia do interesse público.

**9. (2024)**

Ao analisar o regime jurídico de determinada autarquia municipal, com relação à sua personalidade jurídica, criação, patrimônio, regime de pessoal e prerrogativas,

Clarêncio, analista de gestão do Município Delta, concluiu corretamente que tal entidade administrativa

- (A) não se submete ao regime de precatórios.
- (B) deve adotar o regime jurídico único de pessoal.
- (C) é um órgão, sem personalidade jurídica.

- (D) tem o seu patrimônio formado por bens privados.  
 (E) só pode adquirir personalidade jurídica com o respectivo registro dos atos constitutivos.

**10. (2023)**

Em matéria de organização administrativa da administração pública federal, considere as informações abaixo:

A pessoa jurídica Alfa desenvolve atividade típica de estado, foi criada por lei, lhe sendo conferidos poderes normativos, seus dirigentes possuem mandato certo, possui privilégios processuais e fiscais;

A pessoa jurídica Beta é sociedade limitada, teve sua criação autorizada por lei, possui capital unicamente público e explora atividade econômica, em regime não concorrencial.

A pessoa jurídica Gama, sociedade anônima, teve sua criação autorizada por lei, possui capital misto, com a maioria do capital votante nas mãos do poder público e presta serviço público mediante delegação estatal.

A pessoa jurídica Delta foi criada por lei e celebrou contrato de gestão com o Ministério supervisor, adquirindo vantagens especiais e, em troca, se comprometendo a cumprir plano de reestruturação definido no próprio contrato de gestão para se tornar mais eficiente.

Nesse sentido, é possível dizer que as pessoas jurídicas acima mencionadas são respectivamente:

- (A) agência reguladora, empresa pública, sociedade de economia mista e agência executiva;  
 (B) empresa pública, agência reguladora, agência executiva e sociedade de economia mista;  
 (C) sociedade de economia mista, agência executiva, empresa pública e agência reguladora;  
 (D) agência reguladora, agência executiva, sociedade de economia mista e empresa pública;  
 (E) organização da sociedade civil, autarquia profissional, empresa pública e sociedade de economia mista.

**11. (2022)**

Considere que o Governo Federal decida criar uma nova autarquia federal para desenvolver práticas e tecnologias inovadoras associadas a energias sustentáveis, visando ajudar o Brasil na meta de reduzir em 50% as emissões de carbono até 2030.

Em relação à criação dessa autarquia, é correto afirmar que ela deve ser criada por meio de

- (A) lei específica.  
 (B) decreto autônomo.  
 (C) regulamento especial.  
 (D) registro dos atos constitutivos.  
 (E) resolução legislativa.

**12. (2022)**

A autarquia federal Alfa, regularmente constituída, desempenha funções que, despidas de caráter econômico, são próprias e típicas do Estado. De acordo com o ordenamento jurídico e a doutrina de Direito Administrativo, é correto afirmar que a autarquia federal Alfa

- (A) integra a Administração Direta federal e exerce atividades de inegável interesse público.  
 (B) exerce atividades de inegável interesse público, apesar de ser pessoa jurídica de direito privado.  
 (C) faz parte da Administração Indireta federal e ostenta personalidade jurídica de direito privado.  
 (D) é pessoa jurídica de direito público e foi criada por lei específica.  
 (E) integra a Administração Indireta federal e não se aplica a seu pessoal a obrigatoriedade de ingresso mediante concurso público e a proibição constitucional de acumulação de cargos públicos.

**13. (2021)**

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, uma empresa pública municipal prestadora de serviço público, que integra a Administração Pública indireta, possui personalidade jurídica de direito:

- (A) privado, o ingresso de seu pessoal ocorre mediante concurso público e está sujeita à responsabilidade civil objetiva pelos atos de seus agentes;  
 (B) privado, o ingresso de seu pessoal dispensa concurso público e está sujeita à responsabilidade civil subjetiva pelos atos de seus agentes;  
 (C) privado, o ingresso de seu pessoal dispensa concurso público e está sujeita ao regime de direito privado da responsabilidade civil pelos atos de seus agentes;  
 (D) público, o ingresso de seu pessoal ocorre mediante concurso público e está sujeita ao regime de direito privado da responsabilidade civil pelos atos de seus agentes;  
 (E) público, o ingresso de seu pessoal dispensa concurso público e está sujeita à responsabilidade civil subjetiva pelos atos de seus agentes.

**14. (2023)**

Matheus, policial rodoviário federal, estava em patrulhamento na BR no 101, ocasião em que se deparou com um veículo automotor em alta velocidade. Nesse contexto, o agente público deu ordem de parada ao condutor e percebeu que se tratava de um desafeto de longa data. Em assim sendo, o policial colocou um capuz em seu rosto e passou à revista veicular, sendo certo que nada de ilícito fora encontrado. Nada obstante, o agente público danificou, dolosamente, o farol do automóvel e, na sequência, liberou o proprietário.

No dia seguinte, o particular, revoltado com os acontecimentos, procura João, advogado, para que o último ingresse com uma ação visando à reparação pelos danos materiais suportados. O indivíduo afirma, contudo, que não é possível identificar o policial responsável pela abordagem, considerando que este estava encapuzado.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a ação indenizatória deverá ser proposta em face da

(A) União Federal, porquanto a Polícia Rodoviária Federal é um órgão público e, por conseguinte, não dispõe de capacidade processual passiva, podendo demandar, mas não ser demandada.

(B) Polícia Rodoviária Federal, que é uma autarquia, pessoa jurídica de direito público e, por conseguinte, dispõe de capacidade processual, podendo demandar e ser demandada.

(C) União Federal, porquanto a Polícia Rodoviária Federal é um órgão público e, por conseguinte, não dispõe de capacidade processual, não podendo demandar ou ser demandada.

(D) Polícia Rodoviária Federal, que é um órgão público e, por conseguinte, não dispõe de capacidade processual ativa, não podendo demandar, mas podendo ser demandada.

(E) Polícia Rodoviária Federal, que é um órgão público, e, por conseguinte, dispõe de capacidade processual, podendo demandar e ser demandada.

#### 15. (2022)

O PM José, da Polícia Militar do Estado Alfa, e sua equipe realizavam operação policial em determinada comunidade para reprimir o tráfico de drogas e, durante troca de tiros com criminosos, atingiu a perna da criança Maria, de 4 anos, moradora da localidade. O laudo de confronto balístico tornou incontestável o fato de que o projétil de arma de fogo que lesionou a criança partiu do fuzil do Policial José.

A criança Maria, representada pelos seus pais, procurou a Defensoria Pública e ajuizou ação indenizatória em face

(A) de José, por sua responsabilidade civil direta e objetiva, sendo desnecessária a comprovação de ter agido com dolo ou culpa, com base na teoria do risco administrativo.

(B) do Estado Alfa, por sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação de ter agido o PM José com dolo ou culpa.

(C) da Polícia Militar do Estado Alfa, por sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação de ter agido o PM José com dolo ou culpa.

(D) do Estado Alfa, por sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação de ter agido o PM José com dolo ou culpa, com base na teoria do risco administrativo.

(E) da Polícia Militar do Estado Alfa, por sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação de ter agido o PM José com dolo ou culpa, com base na teoria do risco administrativo.

#### 16. (2023)

João, particular, sofreu danos materiais provenientes de conduta comissiva perpetrada por Jonas, empregado público da sociedade de economia mista XYZ, que atua na exploração de atividade econômica de produção de bens, a serem alienados, exclusivamente, para conglomerados internacionais.

Registre-se que Jonas, no momento dos eventos, estava trabalhando em benefício da entidade integrante da Administração indireta. Nesse cenário, é correto afirmar que a responsabilidade civil:

(A) de natureza subjetiva é imputável, apenas, ao empregado Jonas, mas não à sociedade de economia mista XYZ;

(B) de natureza objetiva é imputável, apenas, à sociedade de economia mista XYZ, mas não ao empregado Jonas;

(C) da sociedade de economia mista XYZ é objetiva, à luz da teoria do risco administrativo;

(D) da sociedade de economia mista XYZ é objetiva, à luz da teoria do risco integral;

(E) da sociedade de economia mista XYZ é subjetiva.

#### 17. (2021)

José, empregado de uma empresa pública federal exclusivamente exploradora de atividade econômica, praticou, no exercício da função, ato ilícito que causou danos materiais à particular Maria. Inconformada, Maria ajuizou ação indenizatória em face da empresa pública perante a Justiça Estadual, alegando sua responsabilidade civil objetiva. Na contestação, o advogado da empresa pública, observando a doutrina e jurisprudência sobre a matéria, deve alegar que a competência é da justiça

(A) estadual e a responsabilidade civil é a objetiva, sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa de José, por não se tratar de prestadora de serviço público.

(B) estadual e a responsabilidade civil é a subjetiva, sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa de José, por se tratar de pessoa jurídica de direito privado.

# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

## 1. FGV - 2023

Após amplas negociações, a República Federativa do Brasil, por meio do órgão competente do Poder Executivo federal, celebrou tratado bilateral com o País Alfa. Nesse tratado, foi previsto amplo intercâmbio de tecnologias; tratamento diferenciado, em termos migratórios, em relação aos nacionais dos respectivos países; a realização de financiamentos, por instituição financeira brasileira, de projetos de interesse comum; o recebimento de estudantes, profissionais liberais e servidores públicos para a realização de palestras e oficinas de discussão, de modo a ampliar a colaboração entre as respectivas sociedades. Apesar de muito comemorada por alguns setores nacionais, a medida foi duramente criticada por diversos outros, já que Alfa se notabilizara, nas relações internacionais, por segregar uma maioria étnica, formada por seus nacionais, que tem seus direitos civis restringidos e não pode participar da vida política.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar, em relação ao referido tratado bilateral, que

- (A) o ajuste, pelo seu objeto, se compatibiliza com o objetivo de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, estando plenamente ajustado à ordem constitucional.
- (B) a política externa brasileira não pode compactuar com a forma como o País Alfa trata os seus nacionais, de modo que a celebração do ajuste afronta diretamente a ordem constitucional.
- (C) estará em total harmonia com a ordem constitucional, desde que seja ratificado pelo Congresso Nacional, por se mostrar gravoso ao patrimônio nacional, não exigindo sanção do Presidente da República.
- (D) por se tratar de um “tratado-quadro”, não depende de ratificação pelo Congresso Nacional para que se ajuste à ordem constitucional, ressalvado apenas o ato de transferência de recursos financeiros.
- (E) as relações dos Estados com os seus nacionais estão absorvidas pelo domínio reservado de jurisdição interna, se enquadrando na autodeterminação dos povos, o que impede qualquer juízo de valor quanto à política interna de Alfa.

## 2. FGV - 2024

Em relação aos Direitos Fundamentais, analise as assertivas a seguir.

I. Na Constituição brasileira, as matrizes dos direitos fundamentais são vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

II. Direitos fundamentais constituem uma reserva mínima de justiça que as democracias devem assegurar a todos os seus cidadãos.

III. Quando ocorre uma colisão de direitos fundamentais, a solução do problema não poderá se dar mediante subsunção, sendo necessário o uso da técnica da ponderação.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## 3. FGV - 2024

A Emenda Constitucional nº 45/2004, conhecida por ter instituído a Reforma do Judiciário, também trouxe importante inovação no que tange à disciplina do processo de internalização dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.

A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) desde o advento da Constituição da República, o STF entende que os tratados de direitos humanos têm natureza de norma constitucional, independente do quórum de aprovação pelo Congresso Nacional.
- (B) parte da doutrina defende que os tratados de direitos humanos são incorporados pelo regime jurídico interno com status de norma infralegal.
- (C) as convenções internacionais de direitos humanos são firmadas pelo representante do Ministério das Relações Exteriores autorizados pelo Presidente da República para assunção de responsabilidades internacionais.

(D) as obrigações decorrentes dos tratados internacionais de direitos humanos deverão prevalecer ao disposto na Constituição Federal, uma vez que os direitos fundamentais não se equiparam aos direitos humanos.

(E) o Art. 5º, § 3º regulamenta a hipótese de equiparação à emenda constitucional dos tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos aprovados por quórum qualificado pela casa legislativa.

#### 4. FGV - 2024

Jonas foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Ao ser conduzido à delegacia de polícia, foi qualificado e comunicado por um agente policial que, embora portasse sua carteira de identidade, deveria ser submetido à identificação dactiloscópica. O advogado de Jonas, por sua vez, afirmou que essa prática não seria correta.

À luz da sistemática constitucional, com abstração de qualquer regulamentação legal, é correto afirmar que:

- (A) é vedada, em qualquer caso, a identificação de Jonas;
- (B) é compulsória a identificação de qualquer preso, inclusive de Jonas;
- (C) é obrigatória a identificação de Jonas, considerando as circunstâncias indicadas na narrativa;
- (D) é vedada a identificação nas circunstâncias indicadas, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- (E) é imperativa a identificação de Jonas, sendo resguardado o seu direito de se negar a colaborar.

#### 5. FGV - 2024

Ao exercer o direito de petição, determinada pessoa jurídica estabelecida no território brasileiro precisou realizar o pagamento de taxa, para que o órgão administrativo competente analisasse a tese de que o agente público praticara uma ilegalidade em seu desfavor, o que lhe acarretou um ônus financeiro indevido. Tal pagamento foi cobrado com base no que dispõe a Lei Federal no Y, recentemente publicada, que dispõe sobre essa exigência.

Diante de tal contexto, assinale a opção que se harmoniza com o sistema constitucional brasileiro.

- (A) O referido pagamento é devido pela pessoa jurídica estabelecida no Brasil, na medida em que somente pessoas naturais, nacionais ou estrangeiras, podem exercer o direito de petição independentemente do pagamento de taxas.
- (B) Ao exigir o referido pagamento como requisito para a apreciação da ilegalidade noticiada, a Lei Federal no Y é inconstitucional por afrontar o exercício do direito de petição.

(C) Por ser um remédio constitucional direcionado ao âmbito jurisdicional, o direito de petição, sem pagamento de taxas, não é operativo na via administrativa, logo, a Lei Federal no Y é constitucional.

(D) A Lei Federal no Y é válida, desde que, por meio de interpretação conforme a Constituição, seja entendido que o referido pagamento tem a sua exigibilidade restrita aos casos em que o direito de petição descreva abuso de poder.

#### 6. FGV - 2023

Ingo, de nacionalidade alemã, era casado com Brigitte, de nacionalidade austríaca. Dessa união, nasceu Júlia, que se naturalizou mexicana. Ingo tinha um apartamento no Brasil, onde a família passava férias regularmente e que passou a ser a residência de Júlia nos três últimos anos, considerando a sua afinidade com a cultura brasileira.

Com o falecimento de Ingo, Júlia consultou um advogado a respeito da aplicação, ou não, da lei brasileira, na disciplina da sucessão do referido apartamento.

À luz da Constituição da República de 1988, o advogado respondeu corretamente que a sucessão do referido apartamento

- (A) a exemplo do que se verifica com qualquer bem situado no Brasil, sempre será regida pela lei brasileira.
- (B) será regida pela lei brasileira caso não seja mais favorável a Brigitte e a Júlia a lei pessoal do de *cujus*.
- (C) será regida, ou não, pela lei brasileira, conforme a opção de Brigitte e de Júlia;
- (D) em razão das circunstâncias do caso concreto, será regida pela lei brasileira.
- (E) sempre será regida pela lei do país do último domicílio do de *cujus*.

#### 7. FGV - 2023

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento da participação popular em questões diretamente relacionadas à vida diária, o Município Alfa editou a Lei municipal no X, que dispôs sobre o fortalecimento das associações de bairro na perspectiva municipalista. Para tanto, dispôs que a adesão à associação se aperfeiçoaria com a só residência no respectivo bairro, assegurado o desligamento a partir de processo administrativo instaurado para esse fim, em que o interessado declinaria os respectivos motivos à Secretaria Municipal competente, que decidiria pelo deferimento ou não. Considerando os termos da narrativa, é correto afirmar, à luz da Constituição da República, que

- (A) a adesão à associação, pela só residência no local, e a restrição ao desligamento são inconstitucionais.
- (B) a decisão da Secretaria Municipal deve ser necessariamente motivada, para que o proceder seja constitucional.
- (C) a Lei municipal no X ponderou os interesses público e privado corretamente, não apresentando qualquer vício.
- (D) o critério de adesão está lastreado em padrões objetivos e genericamente aplicados a todos, atendendo à isonomia, sendo constitucional.
- (E) a análise do desligamento da associação deveria ser realizada pelo respectivo órgão diretivo.

#### 8. FGV - 2023

Carla, Ministra de Estado de Direitos Humanos do Governo Federal, no exercício de suas atribuições, expedite ato administrativo que vem a ser impugnado judicialmente em sede de mandado de segurança.

O remédio constitucional foi ajuizado perante o Supremo Tribunal Federal (STF) tendo sido indicado como autoridade coatora o Presidente da República, visto e o Poder Executivo é por ele exercido com auxílio dos Ministros de Estado, tendo o Presidente apresentado, tempestivamente, esclarecimentos no bojo do processo em curso.

Nesse sentido, considerando que a competência para julgamento de mandado de segurança contra Ministros de Estado se dá perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e contra Presidente da República se dá perante o STF, no que tange à teoria da encampação no mandado de segurança, consoante jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) O STJ rechaça, em qualquer caso, a aplicação da teoria da encampação, ante a ausência de previsão legal acerca do tema pelo legislador ordinário.
- (B) Ainda que o Presidente tenha se manifestado quanto ao mérito, não deve ser adotada a teoria da encampação no caso concreto, ante a divergência de competência para julgamento do mandado de segurança contra as autoridades em tela.
- (C) A ausência de vínculo hierárquico entre as autoridades não é relevante para fins de aplicação da teoria da encampação se ambos integrarem o mesmo órgão ou entidade, em razão da unidade existente no âmbito do poder executivo federal.

- (D) A teoria da encampação pode ser adotada quando se tratar mandado de segurança ajuizado contra autoridade federal em razão de ato praticado por autoridade estadual quando no exercício de competência delegada.
- (E) As informações prestadas pelo Presidente da República devem ser aceitas pelo STF, aplicando-se a teoria da encampação, desde que tenha se manifestado quanto ao mérito da questão, sendo irrelevante eventual modificação de competência para julgamento, ante a prerrogativa de avocação, decorrente do poder hierárquico.

#### 9. FGV - 2023

A Constituição de 1988 adotou o sistema acusatório. Em relação ao conteúdo desse sistema, a jurisprudência do STF entende que

- (A) o juiz não pode condenar o réu quando o Ministério Público efetuar pedido absolutório em alegações finais.
- (B) o juiz não pode determinar de ofício a instauração de inquérito policial, por ser a investigação uma fase preparatória para a acusação.
- (C) é compatível com o sistema acusatório a decretação de ofício de prisão preventiva, tanto na fase de investigação quanto no processo penal.
- (D) o magistrado pode iniciar a ação penal em casos especiais, como crimes contra o Estado Democrático de Direito.
- (E) existe uma separação entre as funções de acusar e julgar

#### 10. FGV - 2024

Em sede de análise de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, assinale a opção que apresenta, corretamente, um direito previsto na CRFB/88.

- (A) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- (B) Irredutibilidade salarial, exceto por acordo individual entre empregado e empregador e homologação pelo Poder Judiciário.
- (C) Seguro-desemprego nos casos de ruptura do contrato de trabalho por quaisquer das causas previstas em lei.
- (D) Licença à empregada gestante, sem prejuízo do emprego e do trabalho, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- (E) Participação nos lucros da empresa que deverá compor a remuneração para todos os efeitos.

**11. 2024**

Embora a liberdade de associação seja um direito constitucional, e vedada a interferência e a intervenção por parte do Poder Público na organização sindical, algumas restrições foram impostas nesse sentido.

Assinale a alternativa que apresenta uma dessas *restrições*.

- (A) A criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria, na mesma base territorial, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (B) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- (C) O filiado aposentado assumir cargos eletivos nas organizações sindicais.
- (D) Uma organização sindical seja criada e entre em funcionamento sem autorização do Poder Público, conforme previsto nas leis estaduais.

**12. FGV - 2023**

O Deputado Federal João, com o objetivo de honrar compromisso assumido junto à sua base eleitoral, solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de a região norte do Estado-membro Alfa ser desmembrada e formar um novo Estado-membro da federação brasileira.

Após alentada pesquisa, a assessoria concluiu corretamente que o almejado desmembramento da região norte de Alfa, à luz da Constituição da República,

- (A) não é possível, considerando a indissolubilidade da federação brasileira.
- (B) é possível, desde que haja aprovação da população diretamente interessada e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.
- (C) é possível, desde que o desmembramento seja acolhido em plebiscito pela população de Alfa e a Constituição Estadual seja alterada para modificar os limites do seu território.
- (D) não é possível, considerando que a mobilidade da federação, no plano endógeno, está adstrita aos Municípios, e, no plano exógeno, pressupõe a incorporação de novos territórios.
- (E) é possível, sendo necessário o referendo da proposta pela população da região norte de Alfa, conforme normas estabelecidas pelo Congresso Nacional e a edição de lei complementar estadual.

**13. FGV - 2023**

Com o objetivo de viabilizar a mobilidade intrínseca da federação, o Presidente da República editou a Medida Provisória no XX, disciplinando o período em que é possível a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios. Essa Medida Provisória recebeu parecer de uma Comissão Mista de Deputados e Senadores, sendo apreciada, ato contínuo, em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional. Por fim, foi convertida, sem alterações, na Lei no YY, promulgada diretamente pela Mesa do Congresso Nacional.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a referida narrativa

- (A) não apresenta irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação à promulgação direta pela Mesa do Congresso Nacional.
- (C) somente apresenta irregularidade em relação à forma de apreciação pelas Casas do Congresso Nacional.
- (D) somente apresenta irregularidade em relação ao objeto da Medida Provisória e à forma de apreciação pelas Casas do Congresso Nacional.
- (E) somente apresenta irregularidade em relação à apreciação pela Comissão Mista e à promulgação direta pela Mesa do Congresso Nacional.

**14. FGV - 2024**

Com o objetivo de aumentar os níveis de participação da sociedade em projetos de interesse coletivo, aprimorando, portanto, a solidariedade, foi editada a Lei nº X, no âmbito do Estado *Alfa*, dispendo sobre a obrigação de as empresas de telefonia e de serviços de internet inserirem, nas faturas de consumo, mensagem que buscava incentivar a doação de sangue. Apesar dos fins altruístas, o comando legal foi criticado pelas sociedades empresárias do setor, que argumentavam com a sua inconstitucionalidade.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar que, ao editar a Lei nº X, o Estado *Alfa*

- (A) exerceu competência legislativa comum.
- (B) exerceu competência legislativa concorrente.
- (C) afrontou competência legislativa privativa da União.
- (D) disciplinou, por lei, matéria afeta à livre iniciativa, o que é vedado.
- (E) atuou nos limites de sua competência constitucional, desde que o projeto de lei tenha sido apresentado pelo Governador.

# NOÇÕES DE DIREITO PENAL

## 1. (2024)

Relacione o princípio com a afirmativa com ele compatível:

- 1- Princípio da legalidade
- 2- Princípio da intervenção mínima
- 3- Princípio da culpabilidade
- 4- Princípio da humanidade

( ) Este princípio também é chamado de ultima ratio, implica na limitação do poder punitivo do Estado, segundo o qual a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de um determinado bem jurídico.

( ) De acordo com este princípio, é vedada a responsabilidade objetiva no direito penal.

( ) A ninguém pode ser imposta uma pena que não esteja prevista em lei.

( ) São vedadas penas que violem a dignidade humana.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 4 – 3 – 2 – 1.
- (C) 2 – 3 – 4 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1 – 4.
- (E) 2 – 3 – 1 – 4.

## 2. (2024)

No tocante às normas gerais do Direito Penal, analise as afirmações a seguir.

I. A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

II. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, mesmo que outro seja o momento do resultado.

III. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, não cessando, porém, em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, apenas.

## 3. (2024)

João foi convidado por Murilo para fornecer comida para um grupo de sequestradores durante o período em que a vítima, Marcela, ficaria em cativeiro. Segundo o convite de participação feito por Murilo, o grupo de criminosos pretendia manter a vítima sequestrada até a obtenção de um preço de resgate ou no máximo por uma semana, ocasião em que a libertariam mesmo sem obtenção da vantagem almejada.

De qualquer forma, seria necessário alimentar todos os sequestradores e a vítima durante este período. Para isso, Murilo pagaria R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia a

João, independentemente de o preço de resgate ser efetivamente recebido. João aceitou o convite e forneceu a comida conforme combinado. No entanto, durante o sequestro, os criminosos acabaram matando a vítima Marcela porque sua família não pagou o preço de resgate.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

(A) João não responderá por crime algum porque fornecer comida não é um ato criminoso.

(B) João responderá pelo sequestro e pela morte de Marcela com a mesma pena que todos os sequestradores.

(C) João responderá pelo sequestro e pela morte de Marcela, mas com a pena reduzida no que se refere ao resultado morte.

(D) João responderá pelo sequestro, mas não responderá pela morte.

(E) João responderá pelo sequestro e pela morte na forma culposa.

## 4. (2024)

Acerca do concurso de pessoas, analise as disposições a seguir:

I. A pena do crime mais grave será aplicável a todos os concorrentes, ainda que algum deles tenha a intenção de participar de crime menos grave.

II. Aquele que, de qualquer modo, concorrer para o crime incidirá nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

III. As circunstâncias e as condições de caráter pessoal sempre se comunicam a todos os concorrentes do crime.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

**5. (2024)**

No concurso de pessoas, uma pluralidade de agentes colabora para a consecução da empreitada delitativa coletiva.

- Nesse contexto, um requisito essencial da coautoria é
- (A) a inimizabilidade de pelo menos um dos agentes.
  - (B) a existência de liame subjetivo entre os agentes.
  - (C) a intervenção conjunta dos agentes em todas as fases do iter criminis.
  - (D) o desconhecimento mútuo do dolo colateral.
  - (E) a ausência de domínio finalístico do fato por qualquer um dos agentes.

**6. (2024)**

Nos termos da legislação vigente, em relação ao concurso de pessoas, pode-se afirmar corretamente que

- (A) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um décimo.
- (B) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á diminuída a pena pela metade.
- (C) se a participação for de menor importância, a pena será excluída.
- (D) exceto quando forem elementares do tipo, as circunstâncias e condições de caráter pessoal não se comunicam a todos os colaboradores da empreitada criminosa.
- (E) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio à prática de delito são puníveis, ainda que não haja tentativa.

**7. (2024)**

Acerca do *concurso de agentes*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Código Penal vigente adota a teoria monista estrita quanto ao concurso de agentes.
- II. A cooperação dolosamente distinta implica no fato de que, embora um dos agentes tenha almejado praticar infração penal menos grave do que o resultado pretendido e concretizado pelos demais agentes, todos os concorrentes responderão solidariamente pelo fato concretizado, ainda que mais grave.

III. A participação do agente na infração penal pode ocorrer desde a fase da cogitação até a consumação, porém, a relevância penal da conduta do partícipe é condicionada, salvo disposição em contrário, ao ingresso do autor na fase da execução.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

**8. (2023)**

O concurso de pessoas, também chamado de concurso de agentes ou codelinquência, consiste na volitiva interveniência de mais de um indivíduo no cometimento do delito. Sobre esse tema, é correto afirmar que

- (A) as condições, características e circunstâncias da conduta de um agente jamais se comunicam com as de outro agente que seja coautor da mesma empreitada criminosa, em respeito ao princípio da individualização da pena.
- (B) a pluralidade de agentes é requisito elementar dos delitos de concurso necessário.
- (C) a pena imposta aos coautores do crime será a mesma, independentemente da vontade de um dos concorrentes de participar de delito mais ou menos grave.
- (D) a participação criminosa de menor importância isenta o agente da pena.
- (E) as circunstâncias e condições, objetivas e subjetivas, do tipo penal sempre se comunicam aos demais coautores.

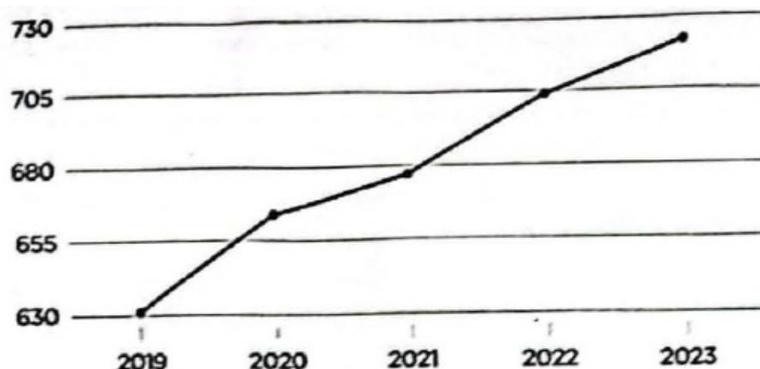
**9. (2023)**

A Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, é uma importante conquista para as mulheres, pois prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. De acordo com essa Lei, a pena do feminicídio é aumentada de 1/3 até a metade se o crime for praticado:

- I. por motivo fútil;
  - II. na presença de descendente ou de ascendente da vítima
  - III. contra pessoa menor de 16 anos.
- Está **correto** o que se afirma em:
- (A) somente I;
  - (B) somente II;
  - (C) somente I e II;
  - (D) somente II e III;
  - (E) I, II e III.

**10. (2023)**

Observe o gráfico a seguir sobre os feminicídios registrados no 1º semestre de cada ano no Brasil (2019-2023).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Entre o início de 2019 e o de 2023 verificou-se um crescimento de mais de 10% no número de vítimas de feminicídio, registrada desde a aprovação da Lei nº 13.104/15, quando o crime de feminicídio foi inserido no Código Penal.

Sobre as causas do aumento de registros de feminicídios no Brasil e sobre as medidas para reverter esse quadro, analise as hipóteses a seguir.

I. Resulta da melhoria da qualidade da informação, fruto de um trabalho de investigação policial que incorpora a perspectiva de gênero, uma vez que o feminicídio é um crime que decorre de violência doméstica e familiar em razão da condição de sexo feminino.

II. Indica a dificuldade do Estado de implementar os dispositivos legais de proteção às mulheres previstos na Lei Maria da Penha e em seus sucessivos aprimoramentos, como considerar crime o descumprimento de medida protetiva de urgência e o impedimento da concessão de guarda compartilhada em caso de risco de violência doméstica, por exemplo.

III. Aponta a necessidade de escuta qualificada da mulher em situação de violência, incluindo políticas públicas de geração de renda e emprego prioritários para mulheres que sofrem violência doméstica, integrando ações do Executivo, Judiciário e da sociedade civil.

São factíveis as hipóteses:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**11. (2023)**

Pablo (13 anos) e Luís (19 anos), amigos de longa data, decidiram cometer suicídio. Durante todo o período em que conversaram sobre o tema, sempre condicionaram a realização do ato à presença de ambos, sendo certo que diariamente um instigava o outro a praticar o ato.

No dia combinado, os dois se dirigiram à principal ponte da cidade e se posicionaram no vão central. Afastados um do outro, apenas se olharam para iniciar a contagem até se jogarem. Os dois pularam ao mesmo tempo. Apesar de a altura ser a mesma, Pablo ficou em coma por 90 dias no hospital e ao retornar teve diagnosticada a sua tetraplegia, perdendo completamente os movimentos dos braços e das pernas. Luís, por sua vez, sofreu apenas algumas escoriações.

Sobre a participação de Luís no caso narrado, assinale a afirmativa **correta**, conforme expressa previsão legal.

- (A) Deverá responder pelo crime de instigação ao suicídio qualificado pelo resultado morte.
- (B) Será responsabilizado nas penas do crime de lesão corporal gravíssima.
- (C) Incidiu na conduta de tentativa de instigação ao suicídio.
- (D) Não será responsabilizado, porque será beneficiado pelo instituto do perdão judicial, independentemente de as consequências da infração o terem atingido de forma grave.

**12. (2024)**

Camila, mãe de Júnior, de 13 anos de idade e destinatário de pensão alimentícia do pai, utiliza os valores assim pagos ao menor, exclusivamente para o custeio de despesas pessoais dela, notadamente alimentação fora de casa (contas de botiquim), cigarros e bebidas alcoólicas, deixando de fornecer ao filho os alimentos indispensáveis às suas necessidades.

Diante do caso narrado, Camila deverá responder por:

- (A) maus-tratos;
- (B) maus-tratos, com a pena aumentada;
- (C) abandono de incapaz e apropriação indébita;
- (D) abandono de incapaz e apropriação indébita qualificada;
- (E) maus-tratos, com a pena aumentada, e apropriação indébita.

**13. (2024)**

No Capítulo III do Título I da Parte Especial, o Código Penal contempla diversos crimes de perigo, objetivando a tutela jurídica da vida e da saúde humanas.

Acerca dos citados crimes, assinale a afirmativa correta.

- (A) O crime de perigo para a vida ou saúde de outrem é de forma livre, podendo ser praticado mediante ação ou omissão.
- (B) A mulher pode figurar como sujeito passivo no crime de maus-tratos quando o delito for praticado contra ela pelo marido.
- (C) O crime de abandono de incapaz é permanente, pois seus efeitos perduram no tempo, independentemente da vontade do agente.
- (D) A consumação do crime de perigo de contágio venéreo, na forma qualificada, dá-se com o efetivo contágio da doença venérea.
- (E) O agente que deixa de prestar assistência à vítima, colocada por ele anteriormente em situação de perigo, de modo intencional ou culposo, responde por crime de omissão de socorro.

**14. (2024)**

Mário, experiente surfista, ao chegar à praia Alfa, viu uma criança de onze anos de idade com dificuldade evidente para nadar, em grave e iminente perigo. Contudo, Mário deixou de prestar assistência ao menor, muito embora pudesse fazê-lo sem risco pessoal, tampouco pediu o socorro das autoridades públicas. Posteriormente, no curso do processo penal deflagrado visando à responsabilização de Mário, concluiu-se que ele não era agente ga-

rantidor e não tinha a intenção de que a criança falecesse. Contudo, constatou-se que, da sua omissão, resultou a morte do infante por afogamento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Mário:

- (A) responderá pelo crime de omissão de socorro, sendo certo que a pena será aumentada de metade por força do resultado morte;
- (B) não responderá por qualquer crime, porquanto a sua omissão não deu causa direta ao resultado morte, que decorreu do afogamento;
- (C) não responderá por qualquer crime, porquanto não é agente garantidor, de forma que a sua omissão não é penalmente relevante;
- (D) responderá pelo crime de omissão de socorro, sendo certo que o resultado morte não importará em aumento da pena;
- (E) responderá pelo crime de omissão de socorro, sendo certo que a pena será triplicada por força do resultado morte.

**15. (2023)**

Agostinho, experiente surfista, está surfando na companhia de Hegel, quando começa a se afogar em razão de uma cãibra muito forte. Hegel, após ver o colega se afogando, decide, ainda assim, surfar uma onda que estava muito favorável. Contudo, ao regressar já não é possível ajudar Agostinho, que só é encontrado, sem vida, horas depois.

Diante dessa situação, é **correto** afirmar que Hegel:

- (A) não deve responder por qualquer crime, uma vez que não há tipicidade em sua conduta;
- (B) não deve responder por qualquer crime, uma vez que inexigível conduta diversa, afastando a culpabilidade;
- (C) deverá responder pelo crime de homicídio doloso, uma vez que estava na posição de garantidor e sua omissão é penalmente relevante;
- (D) deverá responder pelo crime de homicídio culposo, uma vez que estava na posição de garantidor e sua omissão é penalmente relevante;
- (E) deverá responder pelo crime de omissão de socorro, com pena triplicada, tendo em vista que a vítima se achava em grave e iminente perigo e, da omissão, resultou sua morte.

# NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

## 1. (2024)

*“Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitiva dos vinte e nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.*

*Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” no cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”*

*(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, nº 187, p. 13-18, out./dez. 2008)*

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é correto afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- (A) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (B) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- (C) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (D) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.
- (E) acusatório, e é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

## 2. (2024)

João ingressou com uma queixa-crime, no contexto das ações penais de iniciativa privada, em face de Jonatas, ao argumento de que o último o teria injuriado. Nada obstante, no curso da persecução penal em juízo, João perdou o querelado, com a aceitação do último. Com efeito, houve a extinção de punibilidade e o encerramento do processo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o perdão de João, no curso da relação processual, é uma manifestação do princípio da

- (A) oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.
- (B) transcendência da ação penal de iniciativa privada.
- (C) disponibilidade da ação penal de iniciativa privada.
- (D) divisibilidade da ação penal de iniciativa privada.
- (E) oficialidade da ação penal de iniciativa privada.

## 3. (2024)

A República Federativa *Alfa* reconhece o Poder Judiciário como um dos poderes independentes da República. Em *Alfa* há um órgão de acusação independente e diferente do Judiciário, responsável por formular acusações criminais, tendo a iniciativa probatória.

Em *Alfa*, um acusado seria um sujeito de direitos no âmbito do processo penal, e os princípios democráticos do processo penal, tais como o princípio do Juiz Natural e da presunção de inocência, são reconhecidos.

A partir dos dados fornecidos, o país *Alfa* adota o sistema processual com traços mais marcantes do sistema

- (A) acusatório.
- (B) inquisitivo.
- (C) misto.
- (D) consensual.

**4. (2023)**

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.
- (B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.
- (C) O sistema adversarial é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.
- (D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.
- (E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

**5. (2022)**

Durante a realização de abordagem, guarnição composta por dois policiais militares do Batalhão de Polícia Rodoviária, no posto da Via Lagos, logrou identificar quatro agentes que transportavam em seu veículo expressiva quantidade de cocaína, acondicionada em tabletes, bem como, no forro do veículo, armas de fogo escondidas. Os abordados não ofereceram resistência ou se opuseram às ordens policiais. Os policiais militares, no entanto, efetuaram a algemação dos capturados, procedendo ao seu transporte até a unidade de Polícia Judiciária de plantão.

O uso das algemas, no presente caso, é:

- (A) ilegal, diante da ausência de resistência ou oferecimento de risco concreto à guarnição;
- (B) legal, diante do risco à integridade física dos policiais e de terceiros;
- (C) ilegal, diante da ausência de qualquer oposição às ordens policiais;
- (D) legal, diante do exercício regular do direito, decorrente da operação policial executada;
- (E) ilegal, diante da ausência de justificação, por escrito, da necessidade da aplicação da contenção.

**6. (2022)**

Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, o “poder geral de cautela”:

- (A) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito às cautelares pessoais que, de alguma forma, restringem o direito de ir e vir da pessoa;
- (B) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há incidência do princípio do procedimento tipificado;
- (C) pode ser aplicado ao processo penal, não havendo restrição a ele, pois há incidência da teoria dos poderes implícitos, capacitando o juiz criminal a atuar de forma livre;
- (D) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há proibição decorrente do princípio do nemo tenetur se detegere e da vedação à analogia in malam partem;
- (E) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito ao procedimento probatório que, de alguma forma, afete o direito de defesa.

**7. (2022)**

No Brasil, o princípio da proibição da dupla persecução penal ou da vedação à dupla incriminação:

- (A) tem expressa previsão na Constituição da República de 1988;
- (B) não tem previsão normativa, o que impede sua aplicação;
- (C) tem expressa previsão no Código de Processo Penal;
- (D) não tem previsão normativa, decorrendo implicitamente da Constituição da República de 1988;
- (E) tem expressa previsão na legislação processual penal extravagante.

**8. (2024)**

Demétrio é investigado e indiciado pela prática do crime de receptação qualificada. Demétrio comparece à delegacia com a sua defesa técnica e explica que gostaria de prestar esclarecimentos acerca dos fatos por considerar que a investigação é totalmente improcedente. O delegado de polícia, porém, conclui o inquérito sem ouvir as declarações do imputado por considerá-las irrelevantes; pois, segundo ele, além de dispor de todo o acervo probatório sobre a materialidade delitiva, e para não causar atropelo à persecução penal, o investigado poderia fazer uso do direito ao silêncio.

Em relação à situação-problema hipotética, considerando as disposições do Código de Processo Penal, da Constituição da República, e da Jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Embora não exista propriamente uma dialética na fase da persecução criminal, as declarações do imputado, quando deseja prestá-las, em sede policial, não poderão ser interpretadas como tumulto ou retardamento às investigações, pois elas podem esclarecer fatos, circunstâncias, e podem evitar a inobservância das normas constitucionais e legais na fase pré-processual.

( ) No curso do inquérito policial, conforme a disciplina do Código de Processo Penal, o imputado deve ser ouvido e não interrogado. Todavia, as declarações prestadas pelo investigado devem ser regidas pelas normas processuais relacionadas ao interrogatório judicial.

( ) Em âmbito judicial, formada a sua convicção acerca da autoria do crime, a dispensa do interrogatório do acusado, por parte do juiz, não deve conduzir à nulidade processual, se existirem outros meios probatórios disponíveis para a formação da verdade real.

( ) No modelo acusatório, o interrogatório do acusado, para além de ser um ato personalíssimo e defensivo, é ato tipicamente judicial; entretanto, em sede policial, considerando o interrogatório como um meio de prova e meio de defesa, o investigado deverá ser advertido pelo delegado de polícia de que o seu silêncio poderá prejudicar a sua defesa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – F – V – F.
- (E) V – V – V – F.

### 9. (2024)

Nos termos da legislação processual vigente, acerca do inquérito policial, são feitas as seguintes afirmativas:

I. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial poderá ser iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

II. Em respeito ao princípio da ampla defesa, o advogado devidamente constituído pelo investigado poderá ter acesso integral aos autos do inquérito policial, independentemente de qualquer condição ou circunstância.

III. O inquérito policial é presidido pela autoridade policial, cabendo a esta também decidir pelo seu arquivamento em caso de inexistência ou insuficiência de provas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

### 10. (2023)

Quanto à atuação do órgão jurisdicional no curso das investigações realizadas no inquérito policial, é correto afirmar que o juiz:

- (A) poderá requisitar a instauração de inquérito policial em crimes de ação de iniciativa privativa do ofendido;
- (B) poderá oferecer de ofício proposta de suspensão condicional do processo ao indiciado, sem manifestação do Ministério Público;
- (C) poderá decretar a prisão temporária do indiciado mediante representação da autoridade policial, ouvido o Ministério Público;
- (D) poderá oferecer de ofício acordo de não persecução penal ao indiciado, sem manifestação do Ministério Público;
- (E) poderá decretar de ofício a incomunicabilidade do indiciado por cinco dias, se assim o requerer o Ministério Público.

### 11. (2022)

A propósito do inquérito policial, é **correto** dizer que

- (A) o delegado de polícia pode arquivar inquéritos policiais por ele instaurados.
- (B) nos crimes de ação penal de iniciativa pública incondicionada, uma das formas de instauração do inquérito policial se dá pela requisição do Ministério Público.
- (C) o inquérito policial é a única forma de investigação preliminar existente no processo penal brasileiro.
- (D) o Código de Processo Penal prevê que o inquérito policial terá, em qualquer caso, duração de 20 dias.
- (E) nos crimes de ação penal de iniciativa pública incondicionada, o inquérito pode ser iniciado pelo delegado sem necessidade de representação.

### 12. (2022)

A autoridade policial determinou a instauração de inquérito, após receber a notícia da suposta prática do crime de furto mediante fraude eletrônica, definido no Art. 155, § 4º-B, do Código Penal, com a redação dada pela Lei 14.155 de 2021. O delito em questão é de ação penal pública incondicionada.

Apesar da realização de diversas diligências, não foi possível apurar a autoria delitiva, o que constou no relatório elaborado pelo delegado de polícia. A partir dos dados apresentados, é **correto** afirmar que, no caso,

- (A) o delegado deve arquivar diretamente o inquérito policial, não sendo possível, a partir do arquivamento, em nenhuma hipótese, a reabertura das investigações.
- (B) o delegado pode promover o arquivamento do inquérito, devendo o membro do Ministério Público acompanhar a manifestação ou recorrer ao chefe de polícia.
- (C) embora não possa arquivar diretamente o inquérito, as conclusões do delegado de polícia vinculam o órgão do ministério Público responsável promoção de arquivamento ou oferecimento da denúncia.
- (D) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; entretanto, ocorrendo o arquivamento por determinação da autoridade competente, pode haver o desarquivamento e continuidade das investigações, desde que surja notícia de novas provas.
- (E) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; caso haja o arquivamento por determinação da autoridade competente, não pode haver o desarquivamento e a continuidade das investigações, ainda que surjam notícias de novas provas.

**13. (2022)**

Michael responde, preso preventivamente, a inquérito policial conduzido pela Polícia Civil, que investiga a prática do crime de extorsão simples, previsto no Art. 158 do Código Penal.

Quanto ao prazo de duração, é **correto** dizer que o inquérito em questão deve ser concluído no prazo de

- (A) 15 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão.
- (B) 30 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.
- (C) 90 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão.
- (D) 10 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão.
- (E) 15 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

**14. (2022)**

Durante o inquérito policial, foi judicialmente determinada a busca e apreensão domiciliar de um computador específico na residência de Helena. Contudo, os agentes confundiram-se e apreenderam o computador que estava na residência da vizinha de Helena.

Nessa hipótese, é **correto** afirmar que

- (A) os elementos de informação colhidos nesse ato não poderão integrar o material probatório a ser valorado pelo juiz.
- (B) os elementos de informação colhidos nesse ato poderão integrar o material probatório a ser valorado pelo juiz.
- (C) em regra, vícios do inquérito policial projetam-se para a ação penal.
- (D) vícios do inquérito policial sempre acarretam a nulidade da ação penal.
- (E) como foi judicialmente determinada a busca e apreensão domiciliar, esta foi regular.

**15. (2024)**

Sobre o acordo de não persecução penal, é **correto** afirmar que

- (A) pode ser celebrado mesmo sendo caso de arquivamento do inquérito policial.
- (B) pode ser proposto pelo juiz.
- (C) exige a confissão do investigado.
- (D) independe do cumprimento de condições.
- (E) é cabível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica.

**16. (2024)**

Instaurado inquérito policial, a requerimento do ofendido, para apurar a prática de crime de ação penal de iniciativa privada, a investigação é concluída e aponta como autores Júlio e Tavares. O querelante oferece queixa-crime em face de Júlio deixando de incluir Tavares na peça exordial.

Em relação à situação-problema e à ação penal de iniciativa privada, analise as afirmativas a seguir:

I. O oferecimento de queixa-crime contra somente um dos supostos autores do fato importa em renúncia tácita ao direito de querela, cuja eficácia se estende a todos, conforme disposição do Código de Processo Penal.

II. Pelo princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada, a renúncia tácita ou o perdão tácito será extensivo a todos os possíveis autores; todavia, não produzirá efeito para aquele que manifestar recusa.

III. O perdão do ofendido, concedido a um dos querelados, mesmo em sede policial, resultará em desistência ao exercício do direito de queixa e aproveitará a todos, nos termos do Código de Processo Penal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

# NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

## 1. FGV - 2023

João, particular, pretende organizar um torneio de pesca amadora, de forma a unir a população do pequeno município onde reside, criando, assim, um senso mais apurado de comunidade, estreitando laços. Observadas as formalidades legais, João obtém a aquiescência da Administração Pública para a realização do evento. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.959/09, é correto afirmar que foi editado um ato administrativo de

- (A) autorização.
- (B) concessão.
- (C) permissão.
- (D) licença.
- (E) cessão.

## 2. FGV - 2022

O texto A Pesca no Brasil, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), afirma o seguinte:

*“A pesca é a atividade comercial praticada ao longo de todo o litoral brasileiro, que se estende por mais de 8.500 km de costa, apresentando, portanto, elevada importância social e econômica para enorme contingente de trabalhadores das regiões. A atividade pesqueira é regida pela Lei nº 11.959/2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. De acordo com o a Medida Provisória nº 870/2019, no Art. 21, inciso III, e com o Decreto nº 9.667/2019, compete ao MAPA por meio da Secretaria da Aquicultura e Pesca tratar da política nacional pesqueira e aquícola, inclusive a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões, dos registros e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca. Além disso, o referido decreto destaca a competência do Ministério em relação à pesquisa, ao cooperativismo e associativismo e às negociações internacionais em aquicultura e na pesca.”*

Confrontando esse texto com a Política Nacional de Aquicultura e Pesca, assinale a afirmativa correta.

- (A) As medidas provisórias posteriores eliminaram os dispositivos relativos à sustentabilidade da atividade pesqueira.
- (B) A atividade de pesca artesanal, por sua natureza não comercial, está excluída da definição de atividade pesqueira

(C) A pesca amadora comercial é tratada como equivalente à pesca artesanal.

(D) O texto está em contradição com a definição de classificação da atividade de pesca da Lei nº 11.959/2009.

(E) O Art. 4º da Lei nº 11.959/2009, que define a atividade pesqueira, foi revogado, mudando a classificação da pesca como atividade.

## 3. FGV - 2022

De acordo com a Lei nº 11.959/2009 e a Política de Desenvolvimento Sustentável, **não** são áreas de exercício de atividade pesqueira

(A) as áreas definidas como patrimônio histórico e aquelas definidas como áreas de exclusão para o tráfego aquaviário.

(B) as unidades de conservação de desenvolvimento sustentável.

(C) a zona econômica exclusiva brasileira, o alto-mar e outras áreas de pesca, conforme acordos e tratados internacionais firmados pelo Brasil.

(D) o mar territorial e a plataforma continental.

(E) as águas continentais interiores.

## 4. FGV - 2024

Na perspectiva histórica, a doutrina divide os Direitos Humanos em gerações.

Sobre esta temática, analise os tópicos a seguir.

I. 1ª geração: direitos da liberdade, direitos civis e políticos.

II. 2ª geração: direitos da igualdade, direitos sociais, econômicos e culturais.

III. 3ª geração: direitos da fraternidade, direitos difusos, dos povos da humanidade.

IV. 4ª geração: direitos de participação democrática, direito ao pluralismo, bioética.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**5. FGV - 2023**

Os casos de trabalho análogo à escravidão revelam a violação, ao mesmo tempo, de direitos civis e de direitos sociais. Por isso mesmo, uma das dimensões dos direitos humanos apontadas na Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993 é a:

- (A) razoabilidade;
- (B) indivisibilidade;
- (C) unilateralidade;
- (D) justiciabilidade;
- (E) proporcionalidade.

**6. FGV - 2022**

Leia o fragmento a seguir sobre as características distintas dos Direitos Humanos.

Tais direitos são \_\_\_\_\_, pois se estendem a todo gênero humano, em todo tempo e lugar.

São \_\_\_\_\_, porque seu respeito se pode exigir de qualquer pessoa, autoridade ou comunidade inteira, diferente daqueles emanados das relações contratuais, que somente podem ser exigidos de quem contratou a obrigação correspondente.

São \_\_\_\_\_, pois nenhuma pessoa ou autoridade pode atentar legitimamente contra eles, sem prejuízo das justas limitações que podem se impor a seu exercício, de acordo com as exigências do bem comum da sociedade.

São \_\_\_\_\_, pois pertencem à essência do ser humano de forma indissociável, assim não se pode renunciar, transferir ou transmitir, sob nenhum título, como ocorre com os demais direitos que são objetos de transações jurídicas.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) necessários – inatos – absolutos – invioláveis.
- (B) imprescritíveis – invioláveis – absolutos – necessários.
- (C) universais – absolutos – invioláveis – inalienáveis.
- (D) congênitos – imprescritíveis – necessários – absolutos.
- (E) universais – inalienáveis – necessários – inatos.

**7. FGV - 2022**

Após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 10 de dezembro de 1948, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhecendo a dignidade como direito a toda categoria humana, além de outros direitos iguais e inalienáveis cujo fundamento é a liberdade e a justiça. Assim sendo, tendo por norte a aludida Declaração e a nossa Constituição da República de 1988, analise os tópicos a seguir.

I. Segundo prescreve a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direito. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

II. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em determinado dispositivo, estabelece que ninguém pode ser exilado.

III. No ordenamento constitucional brasileiro vigente, o princípio do primado do trabalho é a base da ordem social. A falta de trabalho (direito social) afeta a igualdade entre os homens, dando azo às desigualdades sociais.

IV. A Declaração Universal prevê a possibilidade de que toda pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra e o direito de retornar ao seu país.

V. Toda pessoa individual tem direito à propriedade, a coletiva não, conforme consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I, II e IV;
- (B) I, II e V;
- (C) I, III e IV;
- (D) II, III e IV;
- (E) II, III e V.

**8. FGV - 2022**

Maria e Joana, estudiosas da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), buscaram identificar os traços estruturais desse importante ato de direito internacional.

Maria afirmava que a DUDH consagrava exclusivamente o discurso liberal, não amparando a tese da existência e exigibilidade de direitos prestacionais perante o Estado. Joana, por sua vez, defendia que a DUDH também se harmonizava com o discurso social, necessário à construção da igualdade, embora as dimensões da liberdade e da igualdade sejam vistas de maneira separada e dividida.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Maria está totalmente certa e Joana, totalmente errada.
- (B) Joana está totalmente certa e Maria, totalmente errada.
- (C) Joana está totalmente errada, enquanto Maria está errada apenas ao negar a exigibilidade de direitos prestacionais perante o Estado.
- (D) Maria está totalmente certa, enquanto Joana está errada apenas ao afirmar que o discurso social é necessário à construção da igualdade.
- (E) Maria está totalmente errada, enquanto Joana está errada apenas ao afirmar que as dimensões da liberdade e da igualdade são vistas de maneira separada e dividida.

### 9. FGV - 2020

Recentemente assumiu a presidência da Câmara dos Deputados um parlamentar que afirma que o Brasil é um país soberano e não deve ter nenhum compromisso com os Direitos Humanos na ordem internacional. Afirma que, apesar de ter sido internamente ratificado, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos não se caracteriza como norma vigente, e os direitos ali previstos podem ser suspensos ou não precisam ser aplicados.

Por ser atuante na área dos Direitos Humanos, você foi convidado(a) pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para prestar mais esclarecimentos sobre o assunto. Com base no que dispõe o próprio *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos - PIDCP*, assinale a opção que apresenta o esclarecimento dado à Comissão.

(A) Caso situações excepcionais ameacem a existência da nação e sejam proclamadas oficialmente, os Estados partes podem adotar, na estrita medida exigida pela situação, medidas que suspendam as obrigações decorrentes do PIDCP, desde que tais medidas não acarretem discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião ou origem social.

(B) É admissível a suspensão das obrigações decorrentes do PIDCP quando houver, no âmbito do Estado parte, um ato formal do Poder Legislativo e do Poder Executivo declarando o efeito suspensivo, desde que tal ato declare um prazo para essa suspensão, que, em nenhuma hipótese, pode exceder o período de 2 anos.

(C) Em nenhuma hipótese ou situação os Estados partes do PIDCP podem adotar medidas que suspendam as obrigações decorrentes do Pacto, uma vez que, ratificado o Pacto, todos os seus direitos vigoram de forma efetiva, não sendo admitida nenhuma possibilidade de suspensão ou exceção.

(D) Mesmo ratificado, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e os direitos nele contidos não podem ser caracterizados como normas vigentes, uma vez que se trata de direitos em sentido fraco, de forma que apenas os direitos fundamentais, previstos na Constituição, são direitos em sentido forte.

### 10. FGV - 2024

Sobre o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, assinale a afirmativa correta.

(A) O referido pacto foi adotado pelos países integrantes da OEA, após o fim da ditadura civil-militar, ocorrida em diversos países da América Latina.

(B) O direito à vida privada é um direito cultural absoluto, que não possui ressalvas nos artigos do mencionado pacto internacional.

(C) A observância dos direitos sociais pelos Estados deve ocorrer de forma imediata, sob pena da adoção de sanções severas em âmbito internacional.

(D) Diferente do Pacto dos direitos civis e políticos, o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais possui aplicação progressiva pelos Estados.

(E) Este Pacto limitou a incidência da Declaração Universal de Direitos Humanos, cujos dispositivos possuíam alcance mais amplo e irrestrito dos direitos previstos.

### 11. FGV - 2023

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Educação 2022:

“[...]”

• Entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos foi de 9,3%, enquanto entre pretos ou pardos ela chegava a 23,3%.

• Na população de 18 a 24 anos, 36,7% das pessoas brancas estavam estudando, enquanto entre pretos e pardos a taxa foi de 26,2%. Entre os brancos, nesse grupo etário que frequentava escola, 29,2% cursavam graduação, ante 15,3% das pessoas de cor preta ou parda. Além disso, 70,9% dos pretos e pardos nessa idade não estudavam nem tinham concluído o nível superior, enquanto entre os brancos este percentual foi de 57,3%.

“[...]”

Não obstante a progressão nos índices gerais da educação em 2022, salta aos olhos a violação massiva do direito à igualdade e não discriminação no âmbito educacional.

Assumindo-se que os recursos internos para salvar o direito à igualdade e não discriminação na implementação da política pública de educação foram esgotados ou se mostraram insuficientes, o mecanismo a ser utilizado, no âmbito do sistema onusiano, para reclamar quanto à violação do direito à educação sem discriminação pelo Estado brasileiro é:

(A) o mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU), perante o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU);

(B) o procedimento perante os órgãos de Procedimentos Especiais da ONU, particularmente por meio da Relatoria Especial sobre o Direito à Educação, que dispensa o esgotamento dos recursos internos e exige a ratificação, pelo Estado, dos tratados internacionais aplicáveis à matéria;

(C) o procedimento para denúncia individual de violação do direito humano à educação sem discriminação previsto no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, perante o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, nos termos do Protocolo Opcional ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;

(D) o procedimento sigiloso de investigação baseado em informação de violação do direito humano à educação sem discriminação previsto no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, perante o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, nos termos do artigo 11 do Protocolo Opcional ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;

(E) o procedimento previsto na Resolução 5/1, de 18 de junho de 2007, perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, que sucedeu o procedimento de reclamações sigiloso previsto na Resolução 1503 (XLVIII), de 27 de maio de 1970, do Conselho Econômico e Social (Ecosoc), revisto pela Resolução 2000/3, de 19 de junho de 2000, que demanda o esgotamento dos recursos internos e a inexistência de submissão da questão aos procedimentos especiais da ONU ou a mecanismos vinculados aos tratados de direitos humanos.

### 12. FGV - 2023

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 foi elaborada pela extinta Comissão de Direitos Humanos da organização das Nações Unidas para ser uma etapa anterior à elaboração de um tratado internacional de direitos humanos o objetivo da Comissão era criar um marco normativo vinculante logo após a edição da DUDH. Porém a Guerra Fria impediu o concretização desse objetivo e somente em 1966 (quase vinte anos de pois da DUDH) foram aprovados dois Pactos Internacionais: o dos Direitos Civis e Políticos e o dos Direitos sociais Econômicos e Culturais (Curso de Direitos Humanos, André de Carvalho Ramos).

Acerca do Sistema Universal (ONU), assinale a afirmativa incorreta.

(A) Atualmente o sistema não se limita à Carta Internacional de Direitos Humanos, sendo composto por diversos tratados multilaterais de direitos humanos.

(B) o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre direitos Civis e Políticos tem a finalidade de instruir mecanismos de análises de petições de vítimas ao Comitê de Direitos Humanos por violações à direitos civis e políticos previstos no Pacto.

(C) o Pacto Internacional sobre Direitos Sociais Econômicos e Culturais é considerado um marco por ter assegurado destaques à categoria de direitos antes vistos como sendo meras recomendações.

(D) Integram o Sistema Global o Protocolo de Istambul e as regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de Presos (Regras Nelson Mandela).

(E) O Protocolo facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Sociais Econômicos e Culturais não prevê como condição para que sejam recebidas petições individuais ou no interesse de indivíduos e grupos de indivíduos o prévio esgotamento dos recursos internos no Estado Parte.

### 13. FGV - 2019

O Art. 2º do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos e Sociais afirma: “Cada Estado Parte do presente Pacto compromete-se a adotar medidas, tanto por esforço próprio como pela assistência e cooperação internacionais, principalmente nos planos econômico e técnico, até o máximo de seus recursos disponíveis, que visem a assegurar, progressivamente, por todos os meios apropriados, o pleno exercício dos direitos reconhecidos no presente Pacto, incluindo, em particular, a adoção de medidas legislativas”.

A ideia de realização progressiva dos direitos sociais contém na sua base, no que se refere à responsabilidade do Estado pelos direitos humanos, o princípio:

- (A) do devido processo legal;
- (B) da presunção de inocência;
- (C) da reserva do possível;
- (D) da irretroatividade das leis;
- (E) da vedação ao retrocesso.

### 14. FGV - 2016

Você, advogado, foi contratado por um grupo de organizações de defesa dos Direitos Humanos para emitir um parecer jurídico quanto à viabilidade técnica da seguinte proposta: tendo em vista que em 2013 entrou em vigor o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), as organizações pretendem criar um programa conjunto que envie comunicações individuais ao comitê do PIDESC no caso de jovens que tentaram por todos os meios, mas não conseguiram matrícula em escolas de ensino médio com ensino técnico ou profissionalizante. Dessa forma o Comitê ao receber a comunicação, sendo esta admissível, poderá fazer recomendações ao Estado-parte que deverá implantá-las em seis meses.

Assinale a opção que caracteriza o parecer mais adequado para o caso.

# NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

## 1. (2022)

Assinale a opção que caracteriza acidente de trabalho.

- (A) Acidente em que o profissional tem mais de 15 dias de isenção de suas atividades profissionais.
- (B) Acidente em que ocorre uma queda dentro de um estabelecimento da empresa, mesmo que não leve a necessidade de atendimento médico.
- (C) Acidente no trajeto do trabalho para residência ou dentro do horário de trabalho, independente de comprovação de atendimento médico subsequente.
- (D) Lesão corporal ou perturbação funcional, ocorrida no exercício do trabalho ou a serviço da empresa, que cause redução da capacidade de trabalho.
- (E) Lesão corporal de qualquer natureza que tenha levado a concessão de benefício previdenciário.

## 2. (2021)

Um indivíduo é agredido com três disparos de arma de fogo, levado ao hospital e submetido a cirurgia, permanecendo sete dias internado na UTI e recebendo alta no 16º dia de internação.

Para que o perito conclua se houve perigo de vida, na avaliação das lesões é necessário:

- (A) analisar o prontuário médico;
- (B) verificar a presença de cicatriz cirúrgica;
- (C) verificar se houve sequelas decorrentes da agressão;
- (D) se fundamentar na oitiva da vítima durante o exame;
- (E) solicitar a presença do médico que o atendeu.

## 3. (2021)

As lesões traumáticas podem ser causadas por agentes externos ou pela própria pessoa lesada.

Nos casos de autolesão:

- (A) sua distribuição é simétrica nos dois lados do corpo;
- (B) caracteristicamente, todas têm o mesmo tempo de evolução desde a produção;
- (C) com maior frequência, são causadas por agente contundente;
- (D) têm profundidade e tamanho variados;
- (E) costumam ser vistas com direção paralela preferencial.

## 4. (2021)

Homem de 68 anos, branco, portador de tetraplegia, é levado ao IML para exame de corpo de delito de lesões corporais. O exame direto revelou a presença de lesões com as características de queimaduras, localizadas na língua, regiões glúteas e parte da genitália externa. O periciando apresentava, ainda, déficit nutricional importante e higiene insatisfatória.

Tais achados podem indicar:

- (A) abuso físico e abuso psíquico;
- (B) abuso sexual e abuso emocional;
- (C) abuso físico e negligência de cuidados;
- (D) abuso sexual e negligência de cuidados;
- (E) negligência de cuidados e assédio moral.

## 5. (2021)

No estudo das lesões corporais (Art. 129 do Código Penal brasileiro), a correta caracterização das lesões como leves, graves ou gravíssimas depende da cuidadosa análise da vítima, à luz dos conhecimentos médicos e médico-legais.

Sobre esse tema, é **correto** afirmar que:

- (A) o aborto, §2º, inciso V, após agressão física à gestante, independe do prévio conhecimento da gravidez pelo agente;
- (B) um bom exemplo de inutilização de membro é a perda do pênis por agressão com arma branca;
- (C) apenas as alterações estéticas visíveis com a vítima vestida podem configurar uma deformidade permanente;
- (D) na enfermidade incurável, a incurabilidade não precisa ser absoluta, bastando ser demasiado longa e custosa;
- (E) na distinção entre debilidade e inutilização de membro, utiliza-se habitualmente o limite de 40% da função.

**6. (2022)**

As baropatias são alterações decorrentes de alterações de pressão, causando lesões de ordem física.

Em relação ao tema, é **correto** afirmar que

(A) a doença das montanhas corresponde a alterações crônicas para adaptação a baixas altitudes.

(B) a doença dos monges corresponde a adaptações agudas à diferença de altitude.

(C) descompressão intempestiva pode causar doenças descompressivas ou embolia traumática em acidentes de mergulho.

(D) nas baropatias decorrentes de explosões, ocorre inicialmente Blast primário pelos fragmentos dos artefatos arremessados.

(E) o blast primário é causado pelo arremesso das pessoas com a onda de choque propriamente dita.

**7. (2022)**

Em termos conceituais, a traumatologia forense estuda os traumas, lesões, instrumentos e ações vulnerantes, visando elucidar a dinâmica dos fatos. Sabendo-se que o trauma é resultado da ação vulnerante que possui energia capaz de produzir a lesão, correlacione a energia/ordem (causa) com seu respectivo sinal (efeito) sobre o corpo humano.

1- Ordem Mecânica.

2- Ordem Elétrica.

3- Ordem Térmica.

( ) Escara negra.

( ) Bossa linfática.

( ) Sinal de Lichtenberg.

( ) Sinal de Chambert positivo.

( ) Sinal de Jellinek.

( ) Sinal de Bonnet.

Assinale a opção que indica a relação **correta** na ordem apresentada.

(A) 3, 1, 2, 3, 2 e 1.

(B) 3, 2, 1, 3, 1 e 2.

(C) 2, 1, 2, 1, 3 e 3.

(D) 3, 1, 2, 1, 2 e 3.

(E) 1, 2, 3, 2, 3 e 1.

**8. (2022)**

Com relação às lesões causadas por *ação física*, não mecânica, assinale **V** para afirmativa verdadeira e **F** para falsa.

( ) Lesões causadas por ação térmica que atua difusamente podem levar a insolação e a intermação.

( ) Lesões causadas por ação térmica que atua diretamente sobre o corpo, através de gases, líquidos, ou sólidos aquecidos, ou por chama, podem levar a queimaduras de até 3º grau.

( ) A gravidade das queimaduras depende principalmente da extensão e da profundidade da área queimada.

As afirmativas são, **respectivamente**,

(A) F, V e F.

(B) F, V e V.

(C) V, F e V.

(D) V, V e F.

(E) F, F e V.

**9. (2022)**

De acordo com um trecho retirado da notícia publicada no The Indian Express: O responsável pelo posto policial de Vatika, declarou que: “quatro homens haviam se abrigado debaixo de uma árvore quando começou a chover fortemente na noite de sexta-feira. Um raio atingiu o local ferindo os quatro indivíduos, sendo que três sobreviveram e um foi a óbito”.

Tendo em vista o caso apresentado, analise as afirmativas a seguir:

I. Os quatro homens foram atingidos por uma energia de ordem física não mecânica.

II. O homem que faleceu foi vítima de eletrocussão.

III. As vítimas que sobreviveram sofreram fulguração.

IV. Devido ao trauma recebido, podem aparecer desenhos na pele, de cor avermelhada ligeiramente saliente, em ziguezague, arborescente que acompanha os trajetos vasculares, fenômeno considerado de natureza vasoparalítica.

Está **correto** o que se declara em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

**10. (2021)**

A ação do calor difuso pode levar a diversas alterações, sendo a mais grave:

(A) lipotimia;

(B) intermação;

(C) síncope térmica;

(D) insolação;

(E) queimadura

**11. (2022)**

O conhecimento das características das feridas é fundamental para que a Autoridade Policial compreenda a dinâmica dos eventos criminosos que causam lesões corporais.

Assinale a opção que relaciona corretamente o tipo de feridas elencada às suas características.

- (A) Ferida contusa: apresenta bordas regulares e fundo com traves de tecido integro.  
 (B) Ferida corto-contusa: é produzida por objetos que tem massa e gume e tem bordas regulares.  
 (C) Ferida perfuro-contusa: é causada exclusivamente por projéteis de arma de fogo.  
 (D) Ferida perfuro-cortante: apresenta grande profundidade sem sangramento, pois é causada pelo afastamento dos tecidos.  
 (E) Ferida cortante: tem profundidade maior do que a extensão, independente de ter um ou mais gumes.

**12. (2022)**

No estudo das energias de ordem mecânica, a classificação médico-legal dos agentes pressupõe, invariavelmente, como primeira etapa, a análise da lesão para sua denominação.

A literatura científica referencia que os arcos dentários humanos podem produzir vários tipos de feridas. Segundo Arbenz (1988) *a dinâmica da mordida* é habitualmente classificada como instrumento do tipo

- (A) perfurante.  
 (B) contundente.  
 (C) corto-contundente.  
 (D) cortante.  
 (E) perfuro-contundente.

**13. (2022)**

Denomina-se crime de vitriolagem o uso da substância cáustica, denominada óleo de vitriolo, que causa corrosão dos tecidos podendo levar à morte em menos de 24h ou causar deformidades severas.

O nome farmacológico do óleo de vitriolo é

- (A) ácido sulfúrico.  
 (B) ácido clorídrico.  
 (C) ácido nítrico.  
 (D) ácido muriático.  
 (E) soda cáustica.

**14. (2022)**

Em relação às definições relacionadas à asfisiologia forense, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

( ) A tríade asfíxica consiste de sangue fluido escuro (exceto no afogamento), congestão polivisceral e equimose de Tardieu.

( ) São exemplos de asfixias produzidas por constrição do pescoço: enforcamento, esganadura e sufocação.

( ) A esganadura é identificada facialmente pela presença de estigmas ungueais ao redor do pescoço.

As afirmativas são, **respectivamente**,

- (A) F, V e F.  
 (B) F, V e V.  
 (C) V, F e V.  
 (D) F, F e V.  
 (E) V, V e F.

**15. (2022)**

A morte produzida por intoxicação por monóxido de carbono, provoca alterações em algumas estruturas do corpo. Analise as afirmativas a seguir com relação às condições observadas na perinecropsia nesse caso.

I. Pele e mucosas apresentam cor carmim característica ou uma nuance levemente cianótica.

II. Espectroscopia mostrará as bandas de absorção características da carboxi-hemoglobina.

III. Pele corrugada em escroto, aréola mamária e pênis.

IV. Manchas de Tardieu nas serosas pleurais.

É **correto** o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.  
 (B) I, II e IV, apenas.  
 (C) II e IV, apenas.  
 (D) I e II, apenas.  
 (E) I e IV, apenas.

**16. (2021)**

As chamadas “manchas de Paltauf” têm dimensões variadas, contornos irregulares, tonalidade vermelho-clara e são produzidas pela ruptura das paredes alveolares e dos capilares sanguíneos.

Essas manchas são encontradas no pulmão dos:

- (A) estrangulados;  
 (B) enforcados;  
 (C) afogados;  
 (D) asfixiados por monóxido de carbono;  
 (E) soterrados.

**17. (2021)**

O cadáver de uma mulher jovem foi encontrado sobre a cama em meio a travesseiros e cobertas em desalinho. O exame pericial, na cena do crime, indicou a presença de múltiplas equimoses violáceas na face e membros superiores, bem como escoriações avermelhadas, em forma de meia lua, na face lateral direita do pescoço, com lábios e extremidades dos dedos arroxeadas.

A principal suspeita é a morte por:

- (A) sufocação direta;  
 (B) sufocação indireta;  
 (C) esganadura;  
 (D) estrangulamento;  
 (E) enforcamento.

**18. (2021)**

Há, segundo vários autores, diferenças entre a evolução dos afogados em água do mar e a dos afogados em água doce.

Assim, é **correto** afirmar que:

- (A) em ambos os casos, o sangue do ventrículo esquerdo está diluído, quando comparado ao sangue normal;
- (B) só ocorre asfixia nos afogados em água do mar;
- (C) a morte dos afogados em água doce deve-se a parada cardíaca em assistolia;
- (D) é possível dar certeza de morte por afogamento comparando a densidade do sangue nas cavidades cardíacas direitas e esquerdas, em ambas as hipóteses;
- (E) a pesquisa de algas no sangue dos afogados nada informa aos peritos quanto ao mecanismo de morte, tanto nos de água doce como nos de água salgada.

**19. (2021)**

Uma pessoa está em um churrasco com amigos em casa que tem piscina. De repente, um colega a empurra, por brincadeira, para dentro dessa piscina. Está uma tarde fria. Ela cai na parte mais funda, demora a vir à tona e morre em consequência da brincadeira.

Houve um afogamento:

- (A) incompleto;
- (B) branco;
- (C) verdadeiro;
- (D) secundário;
- (E) idiopático.

**20. (2021)**

Adolescente encaminhado ao IML, para exame de lesão corporal, alega ter sido agredido pelo padrasto, que teria tentado “enforcá-lo”. O exame revelou congestão e edema facial, presença de estigmas ungueais paralelamente dispostos nos dois lados do pescoço, múltiplas petéquias violáceas interessando as regiões mentoniana e mandibular, além de disfonia.

O exame indica ter havido:

- (A) sufocação direta;
- (B) enforcamento;
- (C) estrangulamento;
- (D) sufocação indireta;
- (E) obstrução de vias aéreas superiores.

**21. (2021)**

Presença de sulco apergaminhado, descontínuo, mais fundo na face lateral direita do pescoço, superficializando para a esquerda e para cima, permite ao perito pensar na hipótese de:

- (A) enforcamento incompleto;
- (B) estrangulamento atípico;
- (C) enforcamento atípico lateral;
- (D) estrangulamento;
- (E) sufocação direta.

**22. (2021)**

A cianose, sinal encontrado nos cadáveres de mortos por asfixia:

- (A) só é perceptível quando o teor de hemoglobina não oxigenada atinge 5%;
- (B) depende de alta concentração de CO<sup>2</sup> no sangue;
- (C) costuma ser observada nas intoxicações por monóxido de carbono;
- (D) é fraca nos casos de intoxicações por drogas metemoglobinizantes;
- (E) é intensa nos assassinados com vários tiros.

**23. (2022)**

O advento do Estatuto da Criança e do Adolescente potencializou o sistema de proteção aos mesmos em 1990. Sobre esse assunto assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A síndrome de Silverman Caffey Kamp é caracterizada pela presença de feridas por ação contundente em várias idades.
- (B) A síndrome da criança espancada ou “battered child síndrome” descreve apenas quadro de espancamento propriamente dito.
- (C) Lesões intraparenquimatosas hemorrágicas por ruptura de canais vasculares são observadas na síndrome da criança sacudida.
- (D) Para que maus tratos sejam caracterizados, é preciso que exista uma relação de guarda, proteção e vigilância entre autor e vítima.
- (E) A negligência com as necessidades básicas da infância caracterizam maus tratos por omissão.

**24. (2022)**

Lesões por projéteis de arma de fogo são perfurocontusas uma vez que a profundidade predomina pelo afastamento das fibras dos tecidos.

Sobre tais feridas é **correto** afirmar que

- (A) a orla de queimadura sempre está presente.
- (B) a orla de tatuagem é causada pelos gases superaquecidos.
- (C) as orlas de equimose e enxugo caracterizam disparo a curta distância.
- (D) as orlas de equimose, enxugo e escoriação formam o anel de Fish e caracterizam disparo a curta distância.
- (E) a orla de tatuagem é causada por grãos de pólvora incombusta.

# NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

## 1. (2024)

Na segunda metade do século XIX, o jurista alemão Franz von Liszt desenvolveu a chamada Ciência Total do Direito Penal (ou Ciência Conjunta do Direito Penal). Em relação ao tema, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A Criminologia, a Política Criminal e a Dogmática Jurídico-Penal são saberes que integram a Ciência Total do Direito Penal na acepção de von Liszt.
- (B) A Dogmática Jurídico-Penal é constituída pelo conjunto de normas e princípios referentes às leis penais e processuais penais.
- (C) A Política Criminal pressupõe a adoção de políticas públicas em vistas à redução da criminalidade e da violência.
- (D) A Criminologia é uma ciência que se notabiliza por empreender análise empírica e interdisciplinar sobre a questão criminal.
- (E) A Criminologia é uma ciência do campo do dever ser voltada à definição das condutas permitidas e das condutas desviantes.

## 2. (2024)

No tocante às escolas da Criminologia, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Escola da Criminologia Positivista tem como objetos de estudo o crime, o criminoso, o controle social e a vítima.
- (B) A Escola da Criminologia Clássica tem como objeto de estudo o delito, compreendido como um ente jurídico.
- (C) A Escola da Criminologia Positivista tem como objeto de estudo os processos de criminalização.
- (D) A Escola da Criminologia Crítica tem como objeto de estudo o delinquente.
- (E) A Criminologia Radical tem enfoque exclusivamente na pessoa da vítima do delito.

## 3. (2024)

Relacione a Escola Criminológica com a afirmativa com ele compatível:

- 1- Escola Clássica
- 2- Escola Positivista
- 3- Escola de Chicago

( ) É fundada no livre-arbítrio, portanto o crime é fruto de uma decisão de seres racionais.

( ) Também chamada de ecologia criminal, é uma das mais importantes escolas do consenso da sociologia criminal.

( ) É fundada no determinismo, no estudo do delinquente, utiliza-se do método empírico. Seu principal expoente foi Cesare Lombroso.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 3 – 2 – 1.
- (C) 1 – 3 – 2.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 1 – 2.

## 4. (2022)

“Dos delitos e das penas” é um tratado escrito em 1764 por Cesare Beccaria, e é considerado a expressão do pensamento filosófico e político europeu sobre a pena e as ditas ciências penais – o que conhecemos também como movimentos penais ilustrados.

Considerando este momento da história do pensamento criminológico, avalie as afirmativas a seguir.

I. Os movimentos penais ilustrados são responsáveis pela fundação da criminologia enquanto disciplina e são a base do Direito Penal moderno.

II. As origens iluministas da criminologia encontram-se justamente na ascensão do racionalismo como forma de se opor ao utilitarismo das relações sociais feudais.

III. Embora os fundamentos filosóficos das funções atribuídas à pena sejam historicamente anteriores, a sistematização de uma teoria da pena no século XVIII está associada à limitação do poder punitivo do Estado.

IV. A Escola Clássica italiana, integrante dos movimentos penais ilustrados, foi a única a se aproximar de uma hipótese determinista, pela qual o caráter criminoso do indivíduo é um traço que o diferencia dos demais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e IV apenas.
- (C) III, apenas.

- (D) I e III, apenas.  
(E) III e IV, apenas.

**5. (2022)**

Assinale a opção que **diverge** das análises da teoria econômica do crime.

- (A) O aumento da renda média do trabalhador tende a diminuir as taxas de criminalidade, na medida em que reduz o benefício marginal do delito.  
(B) A gravidade da pena é um fator relevante na dissuasão de potenciais criminosos.  
(C) Avaliações equivocadas de custo-benefício podem resultar na opção de exasperar a pena de um crime em vez de investir no aumento da taxa de esclarecimento de casos.  
(D) O indivíduo que decide cometer um crime age motivado por razões essencialmente distintas daquelas que movem as pessoas que se comportam de forma lícita.  
(E) Dada a elasticidade reduzida da demanda por drogas, é mais eficiente legalizá-las e tributá-las, tendo em vista os custos sociais elevados da criminalização desse comércio.

**6. (2021)**

Assinale a opção que apresenta a tipologia de delinquência estabelecida pela **Criminologia Positivista**, de Cesare Lombroso.

- (A) Criminosos natos, ocasionais, loucos e passionais.  
(B) Criminosos involuntários, natos, ocasionais, habituais, loucos e passionais.  
(C) Criminoso cínicos, assassinos violentos ou enérgicos, ladrões ou neurastênicos.  
(D) Criminosos recuperáveis e irrecuperáveis.  
(E) Criminalidade de sangue e criminalidade de colarinho branco.

**7. (2024)**

A partir de 1994, sob a administração de Rudolph Giuliani como Prefeito de Nova York (EUA), implementou-se um modelo de política criminal com vistas ao policiamento ostensivo nas ruas e adoção de punições severas a contravenções e crimes menores. Este modelo veio a ser conhecido como

- (A) Tolerância zero.  
(B) Direito penal do inimigo.  
(C) Política criminal atuarial.  
(D) Direito penal mínimo.  
(E) Populismo penal.

**8. (2022)**

As opções a seguir apresentam postulados da teoria da associação diferencial, desenvolvida pelo criminólogo estadunidense Edwin Sutherland, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Em suas interações sociais, indivíduos aprendem valores, comportamentos e habilidades que explicam por que algumas pessoas cometem determinados tipos de crimes.  
(B) A teoria explica por que pessoas de classes sociais mais altas têm maior probabilidade de cometer crimes do colarinho branco que delitos patrimoniais violentos.  
(C) Medições antropométricas divergentes do padrão podem auxiliar na identificação da propensão delitiva em alguém.  
(D) O comportamento criminoso é aprendido principalmente em grupos de pessoas com intimidade entre si; assim, meios de comunicação de massa têm menor influência nesse sentido.  
(E) A pessoa torna-se criminoso em virtude da preponderância de fatores propícios à violação da lei em seu meio social.

**9. (2021)**

O conceito de **crime como fato social** é formulado pelo sociólogo

- (A) Karl Marx.  
(B) Max Weber.  
(C) Zygmunt Bauman.  
(D) Howard Becker.  
(E) Émile Durkheim.

**10. (2024)**

Sobre a Teoria do Labeling Approach, marque V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

( ) Para a Teoria do Labeling Approach, a noção de crime e criminoso são construídas socialmente a partir da definição legal.

( ) Labeling Approach ou Teoria do Etiquetamento é aquela segundo a qual o criminoso já nasce marcado por características biológicas que o conduzem à prática criminosa.

( ) De acordo com a Teoria do Labeling Approach a ação das forças policiais e do Poder Judiciário em nada contribuem para a estigmatização criminal de certos grupos sociais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.  
(B) V – F – V.

- (C) V – F – F.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – V.

**11. (2022)**

A criminologia crítica atinge o mais alto nível de maturidade analítica quando direciona sua preocupação não apenas para a crítica dos processos de criminalização ou dos mecanismos de controle social, mas para a crítica do próprio Direito Penal e do sistema de justiça criminal como um todo.

Sobre esse movimento de crítica ao Direito Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Direito Penal somente consegue atuar de maneira homogênea porque está submetido a um sistema de princípios que limita sua atuação e confere racionalidade à produção normativa e à técnica legislativa.
- (B) O funcionamento da justiça penal é altamente seletivo também a nível de criminalização primária: o Direito Penal não protege todos os bens jurídicos de maneira igualitária, nem tutela os interesses de todos os cidadãos.
- (C) Embora o Direito Penal seja desigual por excelência, sua aplicação está vinculada a um critério de danosidade social e de gravidade das ações que permite uma tutela efetiva dos direitos.
- (D) Por ser um sistema de normas estático, o Direito Penal é considerado uma técnica idônea de atuação estatal na solução de problemas sociais, mas falhas humanas e defeitos infraestruturais ou organizacionais tornam sua aplicação desigual e seletiva.
- (E) O sistema de justiça criminal é o mecanismo de exclusão social por excelência e opera de forma autônoma, ou seja, não se comunica com outros mecanismos de exclusão social.

**12. (2021)**

“Essa violência [do sistema penal] e esse desprezo por outros seres humanos seriam teorizados desde os anos 1970 por aqueles que pretendiam acabar expressamente com o que denominavam domínio dos especialistas especialmente brandos com os delinquentes. Para eles era necessário abandonar as grandes teorizações e voltar ao básico, ao que as pessoas comuns entendem por bem e mal.” (ANITUA, Gabriel Ignácio. *Histórias dos Pensamentos Criminológicos*. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008. Pg. 779).

Essa “criminologia da vida cotidiana” identifica-se com o pensamento de defensores e defensoras:

- (A) do realismo criminológico das esquerdas;
- (B) de políticas de lei e ordem;
- (C) de práticas restaurativas;
- (D) do direito penal mínimo;
- (E) do realismo marginal.

**13. (2021)**

Considerando os postulados da Criminologia Crítica, a partir do pensamento de Alessandro Baratta, é **correto** afirmar que:

- (A) a Escola Clássica e a Escola Positiva partem do paradigma de uma ciência penal integrada na qual está abarcada tanto a ciência jurídica propriamente dita, quanto a concepção geral do ser humano em sociedade, o que conflui para o que se chama de ideologia da defesa social;
- (B) a teoria das técnicas de neutralização encontra-se em posição diametralmente oposta à teoria das subculturas criminais na medida em que a primeira explica o crime a partir de suas causas e a segunda, a partir de seus efeitos;
- (C) a mudança promovida no sentido de considerar o direito penal como um sistema estático de normas, e não dinâmico de funções, permitiu desmascarar o direito penal como um sistema que supostamente protege a todas e todos de maneira igual;
- (D) teria por missão a construção de uma teoria ideológica do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização, e a elaboração das linhas de uma política criminal alternativa, de uma política das classes subalternas no setor do desvio;
- (E) acerca das teorias do conflito, dentro de uma visão pluralista e mecanicista da concorrência entre grupos, o autor as toma como explicativas da criminalização primária (fase de formação da lei) e da criminalização secundária (fase de aplicação da lei).

**14. (2021)**

em sua obra “História dos pensamentos criminológicos”, Gabriel Anitua explica que, para determinada corrente de pensamento, “o problema do desvio (... encontra-se (...) na estrutura social. A estrutura social não permite a todos os indivíduos que seu comportamento se oriente de acordo com as metas e meios culturalmente compartilhados”.

O trecho do citado autor se refere à perspectiva da teoria:

- (A) funcionalista da anomia, desenvolvida por Edwin Sutherland;
- (B) da associação diferencial, desenvolvida por Émile Durkheim;

- (C) do etiquetamento social, desenvolvida pela Escola de Chicago;
- (D) funcionalista da anomia, desenvolvida por Robert Merton;
- (E) criminológica cultural, desenvolvida por Robert Merton.

**15. (2021)**

Vários estudos indicam que a população carcerária brasileira é formada essencialmente por jovens pretos e pardos, com baixa escolaridade e processados por delitos patrimoniais e relacionados ao tráfico de drogas.

Parte da criminologia analisa essa dinâmica através das noções:

- (A) microssociológicas e macrosociológicas da ideologia da defesa social, propostas pelas teorias conflituais;
- (B) de criminalização primária, criminalização secundária e seletividade do sistema penal, propostas pelo paradigma etiológico;
- (C) de desigualdade e estrutura social, propostas pelo modelo do consenso;
- (D) de subculturas criminais e adequação social, propostas pelo paradigma da reação social;
- (E) de criminalização primária, criminalização secundária e seletividade do sistema penal, propostas pela criminologia crítica.

**16. (2021)**

o livro “Criminologia crítica e crítica do Direito Penal” Alessandro Baratta, ao apresentar determinada perspectiva teórica, explica que, para seus autores, perguntas centrais seriam aquelas dizendo respeito a “quem é definido como desviante?”, “que efeito decorre desta definição sobre o indivíduo?” e “quem define quem?”.

O trecho citado se refere à perspectiva criminológica da teoria do(a):

- (A) criminologia dos poderosos;
- (B) criminologia verde;
- (C) etiquetamento social;
- (D) associação diferencial;
- (E) criminologia queer.

**17. (2021)**

Acerca das **Escolas da Criminologia**, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) A Escola da Criminologia Clássica tem ênfase na implementação de políticas criminais preventivas.
- (B) A Escola da Criminologia Científica Moderna tem como principais teóricos Césare Lombroso, Enrico Ferri e Rafael Garófalo.

- (C) A Escola da Criminologia Crítica analisa a seletividade e propõe a deslegitimação do sistema penal.
- (D) A Escola da Criminologia Positivista tem como principal expoente Césare Beccaria.
- (E) A Escola da Criminologia Positivista rechaça a análise científica sobre a criminalidade.

**18. (2021)**

Assinale a opção que está de acordo com os postulados da **Teoria Ecológica da Criminalidade**.

- (A) A preservação do meio ambiente deve ser desenvolvida com ênfase em políticas criminais preventivas.
- (B) A aprendizagem do comportamento criminal inclui técnicas e ocorre, na interação com o outro, pela comunicação com participação ativa.
- (C) A desorganização social dos grandes centros urbanos pode produzir efeitos criminógenos.
- (D) A tolerância zero no combate aos crimes ambientais contribui para a garantia da Segurança Pública.
- (E) O crime não é uma qualidade intrínseca da conduta; é uma conduta qualificada como criminosa pelo controle social.

**19. (2024)**

A vitimização secundária, como estudo da criminologia, atenta para o fenômeno da inércia da vítima para noticiar o fato criminoso aos órgãos de persecução penal.

Na hipótese em que a vítima de um crime praticado com abuso de poder deixa de acionar os órgãos competentes por medo de represália, está-se diante da denominada

- (A) Cifra Dourada.
- (B) Cifra Cinza.
- (C) Cifra Vermelha.
- (D) Cifra Amarela.
- (E) Cifra Verde.

**20. (2024)**

Os processos de criminalização indicam a seletividade do sistema penal.

- A esse respeito, é correto afirmar que
- (A) cabe à polícia a criminalização primária, por ser a primeira a se deparar com o crime.
  - (B) os processos de criminalização são atribuição do Poder Judiciário, que é, em última análise, a instituição que decide.
  - (C) a criminalização primária consiste no ato legislativo de criação de tipos penais.

# LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## 1. (2022)

De acordo com o disposto art. 144, da Lei n.º 5.406/1969, são princípios básicos da disciplina policial, **EXCETO**:

- (A) Espírito de camaradagem e de cooperação, salvo quando de folga o servidor policial.
- (B) Obediência aos superiores.
- (C) Respeito às leis vigentes e às normas éticas.
- (D) Subordinação hierárquica.

## 2. (2022)

De acordo com o disposto art. 153, § 3º, da Lei n.º 5.406/1969, são circunstâncias agravantes, quando não constituírem ou qualificarem outra transgressão disciplinar, **EXCETO**:

- (A) Abuso de autoridade ou poder.
- (B) Mau comportamento anterior.
- (C) Relevância de serviços prestados.
- (D) Uso indevido de meios de coerção e intimidação.

## 3. (2021)

É penalidade disciplinar que NÃO se encontra prevista na Lei n. 5.406/1969:

- (A) Advertência.
- (B) Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) Demissão.
- (D) Suspensão.

## 4. (2021)

Quanto à penalidade de repreensão, prevista na Lei n.º 5.406/1969, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A pena de repreensão, em princípio, corresponderá às faltas de cumprimento de deveres.
- (B) A pena de repreensão, em princípio, corresponderá às transgressões disciplinares consideradas de natureza leve.
- (C) A penalidade de repreensão será aplicada por escrito.
- (D) O servidor policial punido com a penalidade de repreensão perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

## 5. (2021)

Sobre as Comissões Processantes Permanentes, disciplinadas na Lei n.º 5.406/1969, é **CORRETO** afirmar:

- (A) As Comissões Processantes Permanentes serão constituídas de três servidores estáveis da Polícia Civil.
- (B) As Comissões Processantes Permanentes serão presididas por integrante da carreira a que pertencer o servidor policial indiciado.
- (C) Os membros das Comissões Processantes Permanentes, bem como os respectivos secretários, conciliarão os trabalhos pertinentes aos processos administrativos de que forem encarregados com os outros serviços da repartição.
- (D) Poderá fazer parte da Comissão Processante Permanente parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, do denunciante ou indiciado, bem como o subordinado deste.

## 6. (2021)

Sobre a penalidade de suspensão, prevista na Lei n.º 5.406/1969, e seus efeitos, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A autoridade que aplicar a pena de suspensão não poderá convertê-la em multa.
- (B) A pena de suspensão não excederá noventa dias.
- (C) A pena de suspensão será aplicada no caso da falta grave ou de reincidência.
- (D) O servidor policial suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

## 7. (2021)

No que tange à penalidade de demissão, prevista na Lei n.º 5.406/1969, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A pena de demissão por ineficiência no serviço será aplicada mesmo quando verificada a possibilidade de readaptação.
- (B) A pena de demissão será aplicada nos casos de ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de quarenta e cinco dias, interpoladamente, durante um ano.

(C) A pena de demissão será aplicada nos casos de exercício de qualquer atividade remunerada, estando o servidor licenciado para tratamento de saúde.

(D) A pena de demissão será aplicada nos casos de procedimento irregular de natureza grave.

### 8. (2021)

Em relação à disciplina do procedimento administrativo, estabelecida pela Lei n.º 5.406/1969, é **INCORRETO** afirmar:

(A) O procedimento administrativo para apuração das transgressões disciplinares dos servidores da Polícia Civil compreende a sindicância administrativa e o processo administrativo.

(B) O processo será precedido de sindicância, quando não houver elementos suficientes para se concluir pela existência da falta ou de sua autoria.

(C) Os Chefes de Departamentos são competentes para determinar a instauração do processo administrativo.

(D) Será obrigatório o processo administrativo quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar a pena de demissão.

### 9. (2011)

Sobre a organização da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar que

(A) tem a incumbência exclusiva para exercício das funções de polícia judiciária neste Estado.

(B) não tem atribuição de polícia de preservação da ordem e segurança pública.

(C) é órgão autônomo do Poder Público, subordinada diretamente ao Governador do Estado.

(D) a proteção à incolumidade das pessoas não está inserida em suas atribuições legais.

### GABARITO

1	A
2	C
3	A
4	D
5	A
6	A
7	A
8	C
9	C

## ANOTAÇÕES

# LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL EXTRAVAGANTE

## 1. (2024)

No que diz respeito à hermenêutica, em teoria, a aplicação de norma incriminadora para punir conduta não expressamente prevista em lei configura

- (A) interpretação extensiva, sendo juridicamente admissível.
- (B) interpretação assistemática, sendo juridicamente inadmissível.
- (C) analogia *in malam partem*, sendo juridicamente inadmissível.
- (D) interpretação declarativa, sendo juridicamente admissível.
- (E) interpretação analógica, sendo juridicamente inadmissível.

## 2. (2024)

No ano de 2020, durante a pandemia de Covid 19, após uma briga por prioridade na vacinação, Caio disparou três tiros com sua arma de fogo na direção de Tício, que foi atingido e levado ao hospital por transeuntes; entretanto, após ficar em coma induzido por 30 dias, Tício veio a falecer em decorrência dos ferimentos causados por Caio. No dia da briga, Caio tinha 17 anos, 11 meses e 26 dias de idade, enquanto Tício tinha 69 anos, 11 meses e 26 dias de idade.

Com base nos dados narrados, pode-se afirmar **corretamente** que

- (A) Caio tornou-se inimputável posteriormente e pode ser responsabilizado criminalmente, pois o Código Penal adota a teoria do resultado quanto ao tempo do crime.
- (B) Caio praticou o crime de homicídio extemporâneo, pois o Código Penal adota a teoria da ubiquidade quanto ao tempo do crime.
- (C) Caio é considerado inimputável quanto ao fato narrado, pois a legislação adota a teoria da atividade relativamente ao tempo do crime.

(D) Caio tornou-se imputável posteriormente e pode ser responsabilizado pelo crime de homicídio, uma vez que o Código Penal adota a teoria da ultra-atividade quanto ao tempo do crime.

(E) Caio é considerado retroativamente imputável, uma vez que o resultado consumou-se quando o mesmo já havia atingido a maioridade penal.

## 3. (2024)

No tocante às normas gerais do Direito Penal, analise as afirmações a seguir.

I. A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

II. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, mesmo que outro seja o momento do resultado.

III. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, não cessando, porém, em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

## 4. (2024)

Bernardo, cidadão português, tripulante de um navio da marinha mercante brasileira, que partira de Santos e navega pelo Oceano Atlântico, em alto-mar, com destino ao porto de Roterdã, na Holanda, agride um outro tripulante, de nacionalidade peruana, desferindo-lhe socos, que o ferem levemente.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa **correta**.

- (A) não se aplica a Bernardo a legislação penal brasileira, pois o crime ocorreu no estrangeiro.
- (B) aplica-se a Bernardo a legislação penal brasileira, pois o local onde ocorreu o crime é considerado território nacional por extensão.

(C) pode ser aplicada a Bernardo a legislação penal brasileira, pois, embora o crime tenha ocorrido no estrangeiro, trata-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira, à luz do princípio da defesa.

(D) aplica-se a Bernardo a legislação penal brasileira, pois, embora o crime tenha ocorrido no estrangeiro, trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada da lei penal brasileira, à luz do princípio da representação.

(E) pode ser aplicada a Bernardo a legislação penal brasileira, pois, embora o crime tenha ocorrido no estrangeiro, trata-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira, à luz do princípio da representação.

**5. (2024)**

Sobre a classificação das *infrações penais*, analise as afirmativas a seguir.

I. No crime omissivo espúrio, a omissão é descrita no próprio tipo penal e não admite a tentativa nem a modalidade culposa.

II. Ricardo desferiu uma facada no pescoço de Carlos, com objetivo de matá-lo. Na sequência, para assegurar o resultado, ele desferiu um disparo de arma de fogo contra a cabeça de Carlos. Carlos veio a falecer em virtude dos ferimentos causados pelo disparo da arma de fogo. Este homicídio é exemplo de crime de passagem.

III. A omissão é penalmente relevante quando o omissor devia e podia agir para evitar o resultado, originando-se o dever de agir somente de dever de cuidado, proteção ou vigilância oriundos da lei e de assunção de responsabilidade para impedir o resultado.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

**6. (2024)**

Bianca é acordada de madrugada por ruídos provenientes do quarto de sua filha de 12 anos de idade. Deslocando-se ao cômodo de onde provinham os ruídos, surpreende a menor tendo relações sexuais com o padrasto. Após assistir ao fato por alguns segundos, sem tomar qualquer medida em relação ao que presenciava, a mãe retorna para sua cama.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Bianca:

(A) deverá responder pelo crime de omissão de socorro;

(B) deverá responder pelo crime de estupro de vulnerável, sem a incidência de qualquer causa de aumento de pena;

(C) deverá responder pelo crime de estupro de vulnerável, com a incidência da causa de aumento de pena decorrente do concurso de pessoas;

(D) não deverá responder por crime algum, pois não concorreu para o estupro de vulnerável cometido pelo padrasto da vítima;

(E) deverá responder pelo crime de estupro de vulnerável, com a incidência da causa de aumento de pena decorrente de ser genitora da vítima.

**7. (2024)**

Com relação ao crime doloso e ao crime culposo, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

( ) O agente que deu causa ao resultado por negligência, responderá por culpa, ainda que não haja previsão de crime culposos.

( ) A lei brasileira considera crime doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

( ) A imprudência caracteriza o agir culposos, mas a imperícia implica o agir doloso.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – F – F.

**8. (2024)**

Adonis, 71 anos, reside sozinho em um bairro violento. Certo dia, percebeu que um homem desconhecido, portando uma arma de fogo na cintura, ingressou em seu terreno na calada da noite. Ao perceber que o indivíduo caminhava desorientado em seu quintal, Adonis, temendo por sua integridade física e sua vida, desferiu um

disparo de arma de fogo na perna da vítima. Quando se aproximou da vítima, caída ao chão, constatou que se tratava de seu vizinho Heitor, que havia entrado no seu imóvel por engano, em razão de estar alcoolizado. Heitor foi hospitalizado, porém recebeu alta no mesmo dia. Diante do cenário descrito, é correto afirmar que

(A) Adonis deve responder pelo crime de lesão corporal, tendo em vista o excesso de legítima defesa.

(B) deve ser reconhecida a exclusão da ilicitude pela legítima defesa.

- (C) deve ser afastada a culpabilidade, em razão da ausência de potencial conhecimento da ilicitude do fato.  
 (D) deve ser afastada a culpabilidade, em razão de inexistência de conduta diversa.  
 (E) Adonis está isento de pena, em razão da discriminante putativa por erro de tipo inevitável.

**9. (2024)**

Nos termos da legislação vigente, em relação ao concurso de pessoas, pode-se afirmar corretamente que

- (A) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um décimo.  
 (B) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á diminuída a pena pela metade.  
 (C) se a participação for de menor importância, a pena será excluída.  
 (D) exceto quando forem elementares do tipo, as circunstâncias e condições de caráter pessoal não se comunicam a todos os colaboradores da empreitada criminosa.  
 (E) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio à prática de delito são puníveis, ainda que não haja tentativa.

**10. (2024)**

Acerca do *concurso de agentes*, analise as afirmativas a seguir.

I. O Código Penal vigente adota a teoria monista estrita quanto ao concurso de agentes.

II. A cooperação dolosamente distinta implica no fato de que, embora um dos agentes tenha almejado praticar infração penal menos grave do que o resultado pretendido e concretizado pelos demais agentes, todos os concorrentes responderão solidariamente pelo fato concretizado, ainda que mais grave.

III. A participação do agente na infração penal pode ocorrer desde a fase da cogitação até a consumação, porém, a relevância penal da conduta do partícipe é condicionada, salvo disposição em contrário, ao ingresso do autor na fase da execução.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.  
 (B) II, apenas.  
 (C) III, apenas.  
 (D) I e III, apenas.  
 (E) II e III, apenas.

**11. (2024)**

Tício foi condenado, em sentença transitada em julgado, a uma pena final de três anos de detenção, por ter agredido fisicamente seu genitor (lesão corporal no contexto doméstico). Registre-se que o agente é reincidente pela prática de idêntico delito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Tício iniciará o cumprimento de pena em regime:

- (A) semiaberto, não tendo direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, tampouco à suspensão condicional da pena;  
 (B) aberto, tendo direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, mas não à suspensão condicional da pena;  
 (C) fechado, não tendo direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, tampouco à suspensão condicional da pena;  
 (D) aberto, não tendo direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, tampouco à suspensão condicional da pena;  
 (E) semiaberto, tendo direito à suspensão condicional da pena, mas não à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

**12. (2024)**

Douglas, reincidente, pois condenado anteriormente por lesão corporal no âmbito da lei de violência doméstica e familiar contra a mulher, pena já extinta pelo cumprimento, foi condenado a uma pena de 3 (três) anos de reclusão em regime inicial fechado pela prática de furto qualificado, bem como ao pagamento de 15 dias- multa.

Na defesa de Douglas, você, na qualidade de advogado(a), deve alegar, **corretamente**, o cabimento de regime inicial

- (A) aberto e a concessão de suspensão condicional da pena.  
 (B) semiaberto e substituição das penas por multa substitutiva.  
 (C) aberto e a substituição das penas por pena restritiva de direitos.  
 (D) semiaberto e a substituição da pena por duas penas restritivas de direitos.

**13. (2024)**

João, primário, foi condenado pela prática de determinado crime patrimonial, sem envolver violência ou grave ameaça à pessoa, a uma pena de um ano de reclusão, em regime aberto. Verificando que o acusado preenche os requisitos legais, o juízo sentenciante pretende substituir a pena privativa de liberdade, nos termos da lei. Nesse

cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que a pena privativa de liberdade poderá ser substituída por:

- (A) uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos, admitindo-se a aplicação da prestação de serviços à comunidade, que pressupõe condenação superior a seis meses de privação de liberdade;
- (B) uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos, vedada a aplicação da prestação de serviços à comunidade, que pressupõe condenação superior a um ano de privação de liberdade;
- (C) multa ou por uma pena restritiva de direitos, vedada a aplicação da prestação de serviços à comunidade, que pressupõe condenação superior a um ano de privação de liberdade;
- (D) multa ou por uma pena restritiva de direitos, admitindo-se a aplicação da prestação de serviços à comunidade, que pressupõe condenação superior a seis meses de privação de liberdade;
- (E) multa e por uma pena restritiva de direitos, vedada a aplicação da prestação de serviços à comunidade, que pressupõe condenação superior a um ano de privação de liberdade.

**14. (2024)**

Em 2024, Guilherme, Américo, Lucas, Rogério e Vladimir praticaram um crime. De acordo com as informações de antecedentes criminais fornecidas a seguir, assinale a opção que indica qual deles é tecnicamente primário (não reincidente).

- (A) Guilherme, enquanto policial militar, foi definitivamente condenado por corrupção passiva prevista no Código Penal Militar e terminou de cumprir a pena no ano de 2023.
- (B) Américo, na condição de ocupante de cargo político, praticou crime de peculato, tendo sido definitivamente condenado em 2023, sendo que ainda não terminou de cumprir as penas restritivas de direito que lhe foram impostas.
- (C) Lucas foi definitivamente condenado em 2015, tendo sua pena sido extinta em 2020, pela concessão de indulto pleno. Em 2022, Lucas obteve sua reabilitação.

(D) Rogério foi definitivamente condenado em 2023, mas, após o trânsito em julgado de sua condenação, o Juiz reconheceu a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa.

(E) Vladimir foi definitivamente condenado na Espanha, por tráfico de drogas, a uma pena de 6 anos de reclusão, fato ocorrido em 2017 e transitado em julgado em 2018; porém, ainda não cumpriu a pena porque logrou se evadir para o Brasil.

**15. (2024)**

Em uma ação penal por crime ocorrido em 04/03/2023, o réu, ao ser interrogado, confessa espontaneamente, perante o juiz, a prática do delito que lhe é imputado.

Na folha de antecedentes criminais do acusado, constam as seguintes anotações, devidamente esclarecidas por certidões cartorárias:

I. condenação transitada em julgado em 08/06/2016 por crime anterior, praticado em 06/02/2014, com pena de reclusão extinta em 15/03/2022, diante do término do livramento condicional, cujo período de prova se iniciara em 14/08/2017;

II. condenação transitada em julgado em 02/09/2022 por contravenção penal anterior, praticada em 07/01/2022, com pena de prisão simples cumprida em 03/03/2023; e

III. ação penal em curso, por crime posterior, praticado em 05/03/2024.

À luz das informações apresentadas, conclusos os autos ao juiz para sentença, no dia de hoje, na segunda fase da dosimetria da pena, a pena deverá ser

- (A) atenuada, incidindo a atenuante da confissão espontânea, sendo o réu primário.
- (B) atenuada, preponderando a atenuante da confissão espontânea sobre a agravante da reincidência.
- (C) mantida, compensando-se integralmente a atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.
- (D) agravada, compensando-se proporcionalmente a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea.
- (E) agravada, preponderando a agravante da reincidência, sem qualquer compensação em relação à atenuante da confissão espontânea.

**16. (2024)**

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, o juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca Alfa condenou Tício pela prática do crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo de uso permitido. Ao analisar

# LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

## 1. (2023)

Murilo foi condenado a pena privativa de liberdade em regime semiaberto após ter roubado uma turista.

Segundo as disposições da Lei de Execuções Penais (LEP), ele:

(A) deverá ser classificado pela Comissão Técnica de Classificação que é responsável por elaborar o seu programa individualizador;

(B) deverá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;

(C) poderá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;

(D) será entrevistado pelo diretor, dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social para confecção do exame criminológico;

(E) será submetido à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor.

## 2. (2023)

O regime disciplinar diferenciado (RDD) aplicável à pessoa privada de liberdade foi instituído, em 2003, tendo por natureza a imposição de sanção disciplinar ou medida cautelar nas hipóteses previstas na Lei de Execuções Penais, providência adotada sob a perspectiva de garantia da segurança pública e institucional.

Com relação ao RDD, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A inclusão em regime disciplinar diferenciado não acarreta a suspensão do direito de recebimento de visitas.

( ) O prazo de duração do regime disciplinar diferenciado terá duração máxima de 2 anos, somente podendo ser prorrogado em razão de cometimento de nova falta grave.

( ) A custódia em regime disciplinar diferenciado ensejará o recolhimento individual, sendo admitido o contato com outras pessoas privadas de liberdade.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V — F — F.

(B) V — V — F.

(C) V — F — V.

(D) F — V — V.

(E) F — V — F.

## 3. (2021)

Gustavo, em dificuldades financeiras, decide se apropriar diariamente da quantia de R\$1.000,00 do caixa do supermercado em que trabalha, fazendo isso durante cinco dias seguidos, avaliando que a retirada diária não permitiria sua descoberta. O gerente do estabelecimento comercial verifica os desvios e solicita a instauração de dois inquéritos policiais em delegacias diversas.

Em razão dos fatos, Gustavo é denunciado pela prática de 4 crimes de apropriação indébita perante a 1ª Vara Criminal da Comarca de Duque de Caxias/RJ e 1 crime de apropriação indébita perante a 2ª Vara Criminal daquela mesma comarca.

A primeira ação penal ensejou a condenação de Gustavo em continuidade delitiva, assim como, na ação penal perante a 2ª Vara Criminal, foi proferida sentença condenatória.

Transitadas em julgado ambas as condenações, é correto afirmar, com relação à execução das penas cominadas, que Gustavo

(A) poderá buscar a unificação das penas perante o juízo da execução penal.

(B) poderá buscar a unificação das penas perante qualquer dos juízos que tenha julgado as ações penais originariamente.

(C) nada poderá fazer para reduzir o tempo de pena a ser cumprido, devendo cumprir primeiramente a pena mais grave, para, após, iniciar o cumprimento da pena menos grave.

(D) precisará ingressar com pedido de revisão criminal perante o Tribunal de Justiça para reduzir o tempo de pena a ser cumprido.

(E) nada poderá fazer para reduzir o tempo de pena a ser cumprido, diante do trânsito em julgado das sentenças condenatórias, mas poderá cumprir as penas de maneira concomitante, caso compatíveis as sanções penais aplicadas.

**4. (2024)**

Matheus cumpre pena, após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, em razão da prática de determinado crime patrimonial. No curso da execução penal, após conversas com outros apenados, Matheus percebeu que, em breve, teria direito ao livramento condicional, motivo pelo qual passou a se inteirar do assunto.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é correto afirmar que:

- (A) serão sempre impostas ao liberado condicional as obrigações de não mudar de residência sem comunicação ao juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção; recolher-se à habitação em hora fixada; não frequentar determinados lugares; e utilizar equipamento de monitoração eletrônica;
- (B) poderão ser impostas ao liberado condicional as obrigações de obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável, se for apto para o trabalho; comunicar periodicamente ao juiz sua ocupação; e não mudar do território da comarca do juízo da execução, sem prévia autorização deste;
- (C) se houver a revogação do livramento condicional em razão da prática de infração penal anterior à vigência do benefício, não se computará na pena o tempo em que esteve solto o liberado, e tampouco se concederá, em relação à mesma pena, novo livramento;
- (D) concedido o benefício do livramento condicional, será expedida a carta de livramento com a cópia integral da sentença em duas vias, remetendo-se uma à autoridade administrativa incumbida da execução e outra ao Ministério Público;
- (E) se for permitido ao liberado residir fora da comarca do juízo da execução, remeter-se-á cópia da sentença do livramento ao juízo do lugar para onde ele se houver transferido e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção.

**5. (2023)**

De acordo com a Lei de Execuções Penais, o livramento condicional poderá ser concedido pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e o Conselho Penitenciário.

Será sempre imposta ao liberado condicional a obrigação de:

- (A) obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho;
- (B) não frequentar estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas;
- (C) comparecer à reunião com o agente de condicional a cada quinze dias;

- (D) utilizar equipamento de monitoração eletrônica;
- (E) frequentar curso profissionalizante, de instrução de ensino médio ou superior.

**6. (2023)**

Weber Júnior foi condenado a pena de quatro anos de reclusão, a serem cumpridos inicialmente em regime semiaberto, por crime de roubo de um telefone celular, praticado em 1º de janeiro de 2021. Na oportunidade, afirmou que quebraria a “cara” da vítima, caso não lhe entregasse o aparelho, sendo preso em flagrante e submetido à prisão cautelar até o trânsito em julgado da sentença condenatória. Apesar de ser primário, a lentidão crônica da Vara de Execuções Penais fez com que, somente no dia 31 de abril de 2022, Weber Júnior progredisse para o regime aberto e deixasse a unidade prisional, autorizado a prosseguir o cumprimento da pena em prisão-albergue domiciliar com monitoramento eletrônico. Contudo, jamais compareceu ao local em que seria instalado o aparelho de monitoramento, razão pela qual foi considerado evadido a partir do dia 1º de maio de 2022, sendo proferida decisão de regressão cautelar ao regime semiaberto com expedição de mandado de prisão.

Weber Júnior readquirirá o bom comportamento que lhe permitirá progredir novamente para o regime aberto:

- (A) cinco meses e dez dias após a recaptura;
- (B) cinco meses e dez dias após a evasão;
- (C) oito meses após a recaptura;
- (D) um ano após a recaptura;
- (E) um ano após a evasão.

**7. (2022)**

Na hipótese de agente que tem contra si condenação definitiva a cinco anos de reclusão em regime fechado e mandado de prisão pendente de cumprimento, o pedido de antecipação da expedição da sua guia de recolhimento ou expedição de carta de execução de sentença deve ser:

- (A) deferido, visando possibilitar a análise de pedido de progressão de regime ou de prisão domiciliar pelo Juízo competente;
- (B) indeferido, pois a expedição tem como pressuposto o cumprimento do mandado de prisão;
- (C) indeferido, pois a expedição tem como pressuposto o início do cumprimento da pena privativa de liberdade;
- (D) indeferido, por permitir a administração, à distância, da execução da própria pena;
- (E) deferido, permitindo o cômputo de prazos aquisitivos de benefícios executórios a seu favor.

**8. (2022)**

Em relação à concessão de benefícios de execução penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O preenchimento de requisitos de ordem objetiva para obtenção de benefícios é suficiente.
- (B) O preenchimento de requisitos de ordem subjetiva para obtenção de benefícios é suficiente.
- (C) O comportamento do sentenciado durante a execução só pode ser avaliado por comissão técnica específica.
- (D) A longa pena a ser cumprida, por si só, é inapta para se aferir o mérito do executado.
- (E) A gravidade abstrata do crime constitui fundamento idôneo para negar o benefício.

**9. (2022)**

A Lei nº 7.210/84, Lei de Execução Penal, passou por significativas alterações em decorrência do advento da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime). Um dos temas alterados foi a progressão de regimes, prevista no Art. 112 da Lei.

Em relação à nova sistemática da progressão de regimes, especificamente quanto à quantidade de pena a cumprir, é **incorreto** afirmar que

- (A) o réu primário autor de crime não hediondo e cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça, poderá progredir de regime após o cumprimento de 16% da pena no regime anterior.
- (B) o réu reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça e não hediondo, poderá progredir de regime após o cumprimento de 20% da pena no regime anterior.
- (C) o réu condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado poderá progredir de regime após o cumprimento de 60% da pena no regime anterior.
- (D) o réu reincidente em crime hediondo com resultado morte poderá progredir de regime após o cumprimento de 70% da pena no regime anterior.
- (E) o réu primário, condenado por crime hediondo sem resultado morte, poderá progredir de regime após o cumprimento de 40% da pena no regime anterior.

**10. (2022)**

Quando determinada a realização de exame criminológico, deve ser considerado como data-base para progressão de regime o momento:

- (A) do preenchimento do requisito objetivo, se já superado o lapso temporal;
- (B) em que o Juízo das Execuções deferiu o benefício, após implementação do último pressuposto pendente;
- (C) em que o reeducando foi inserido no atual regime, se já superado o lapso temporal;
- (D) da realização do requerimento de progressão, se já superado o lapso temporal;
- (E) da realização do exame favorável ao reeducando, se já superado o lapso temporal.

**11. (2022)**

A aposentada Joaquina, 72 anos, foi presa em flagrante logo após sair de um supermercado de onde havia furtado duas garrafas de whisky e artigos variados de perfumaria. Na Delegacia, Joaquina declarou que, ao pagar suas compras no caixa de autoatendimento, esqueceu-se de incluir estes itens.

Sobre essa situação, é correto afirmar que:

- (A) Joaquina é inimputável por se tratar de pessoa idosa com mais de 70 anos;
- (B) é indicada a internação compulsória da idosa para o tratamento da dependência alcoólica;
- (C) idosos com diagnóstico de demência senil são semi-imputáveis para efeito processual penal;
- (D) a família de Joaquina poderá ser processada por abandono moral e material de incapaz;
- (E) maiores de 70 anos podem se beneficiar do regime aberto em sua residência, se condenados.

**12. (2022)**

A autorização das saídas temporárias é benefício previsto nos Arts. 122 e seguintes da Lei de Execução Penal (LEP), com o objetivo de permitir ao preso que cumpre pena em regime semiaberto visitar a família, estudar na comarca do Juízo da Execução e participar de atividades que concorram para o retorno ao convívio social, aplicável ao condenado que não tenha praticado crime hediondo com resultado de morte.

Sobre esse tema, é **correto** afirmar que:

- (A) o benefício depende de ato motivado do juiz da execução penal, devendo cada autorização de saída temporária do preso ser precedida de decisão judicial motivada e individualizada;
- (B) o benefício depende de ato motivado do juiz da execução penal, ouvido o Ministério Público e a administração penitenciária, desde que o preso tenha comportamento adequado, tenha cumprido o mínimo

de 1/6 da pena, se primário, e 1/4, se reincidente, e haja compatibilidade do benefício com os objetivos da pena;

(C) é incabível a fixação de calendário anual de saídas temporárias por ato judicial único, ainda que observadas as hipóteses de revogação automática, devendo haver a apreciação individual de cada pedido, com decisão fundamentada, desde que tenha cumprido o mínimo de 1/6 da pena, se primário, e 1/4, se reincidente, e haja compatibilidade do benefício com os objetivos da pena;

(D) o calendário prévio das saídas temporárias deve ser fixado pelo Juízo das Execuções, sendo possível delegar à autoridade prisional a escolha das datas específicas nas quais o apenado irá usufruir os benefícios, desde que tenha cumprido o mínimo de 1/6 da pena, se primário, e 1/4, se reincidente, e haja compatibilidade do benefício com os objetivos da pena;

(E) respeitado o limite anual de trinta e cinco dias, estabelecido na LEP, é cabível a concessão de maior número de autorizações de curta duração, até o limite de cinco vezes ao ano, já intercaladas durante os doze meses, com ou sem pernoite, desde que tenha cumprido o mínimo de 1/6 da pena, se primário, e 1/4, se reincidente, e haja compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

### 13. (2022)

Sobre a saída temporária do preso, assinale a afirmativa correta.

(A) A fruição do benefício ocorre sem vigilância direta, sendo vedado, inclusive, o monitoramento eletrônico do preso.

(B) O benefício pode ser obtido por presos de qualquer regime.

(C) A concessão do benefício independe de prévio decreto do presidente da República.

(D) A autorização para a saída temporária é deferida pelo diretor do presídio.

(E) O benefício poderá ser concedido em razão de falecimento de parente ou para tratamento de saúde.

### 14. (2021)

Paulo foi condenado por infração ao Art. 217-A, do CP, n/f Art. 71, do CP (estupro de vulnerável em continuidade delitiva) à pena de 13 anos e 4 meses de reclusão e, após cumprir 2/3 da pena, foi-lhe concedido o livramento condicional. Paulo estava cumprindo regularmente o período de prova do livramento condicional quando foi preso por cumprimento de mandado de prisão referente à nova con-

denação transitada em julgado, por fato cometido anteriormente à concessão do livramento condicional, à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, por infração ao Art. 157, §2º, II, do CP (roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas).

Considerando a situação apresentada, a nova condenação por fato praticado anteriormente à concessão do livramento condicional (LC) é causa de:

(A) revogação facultativa do LC, devendo o juiz unificar as penas e determinar a manutenção do livramento condicional;

(B) revogação do LC e, em relação à condenação por estupro, após a unificação das penas e cumprimento dos requisitos, não poderá ser o livramento condicional novamente concedido, computando-se como tempo de cumprimento de pena o período de prova;

(C) revogação do LC e, em relação à condenação por estupro, após a unificação das penas e cumprimento dos requisitos, não poderá ser o livramento condicional novamente concedido, não se computando como tempo de cumprimento de pena o período de prova;

(D) revogação do LC e, em relação à condenação por estupro, após a unificação das penas e cumprimento dos requisitos, poderá ser o livramento condicional novamente concedido, não se computando como tempo de cumprimento de pena o período de prova;

(E) revogação do LC e, em relação à condenação por estupro, após a unificação das penas e cumprimento dos requisitos, poderá ser o livramento condicional novamente concedido, computando-se como tempo de cumprimento de pena o período de prova.

### 15. (2021)

Ana, primária, mãe solo de filhos gêmeos de 2 anos, foi presa em flagrante em 21/06/2020, restando condenada à pena de 5 anos de reclusão por infração ao Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 (tráfico de drogas) e à pena de 2 anos de reclusão por infração ao Art. 333, do CP (corrupção ativa), tendo sido fixado o regime semiaberto. Ana encontra-se cumprindo regularmente a pena imposta, sem qualquer falta disciplinar praticada e com bom comportamento carcerário.

Para fins de progressão de regime, Ana deverá cumprir:

(A) 40% da pena em relação à condenação pelo tráfico de drogas e 16% da pena em relação à condenação pela corrupção ativa;

(B) 40% da pena em relação à condenação pelo tráfico de drogas e 1/8 da pena em relação à condenação pela corrupção ativa;